

O GOLPE MILITAR DE 1964 COMO FENÔMENO DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Luiz Alberto Moniz Bandeira

O Brasil emergiu do regime colonial como Estado unitário e desfrutou de plena estabilidade política quase todo o tempo do Império, no século XIX. Sua ordem constitucional só foi subvertida em 1889 pelo golpe militar que proclamou a República e instaurou o presidencialismo. Essa forma de governo constituía um fenômeno típico do continente americano. Ela surgiu nos EUA que, por ocasião de sua independência e da instauração da República, eram um país de economia agrícola em que a pequena burguesia predominava, ao tomar por modelo a monarquia constitucional, ainda prevalecente na Grã-Bretanha, onde o regime parlamentarista, mais democrático, só se afirmou depois de 1831. Como George Washington, comandante da luta revolucionária pela independência dos EUA, não quis pôr sobre a cabeça a coroa, elegeram-no presidente da República, com os mesmos poderes de um rei, embora dentro de um determinado tempo de mandato. Nos países da América espanhola, onde os caudilhos militares promoveram as lutas pela independência e assumiram o poder, o presidencialismo propagou-se, encobrindo formas ditatoriais de governo. O presidencialismo teve, portanto, suas raízes no governo pessoal, apresentando as mesmas características das chamadas “monarquias constitucionais”, com suas contradições, ou seja, legislação democrática e execução autocrática, irresponsabilidade do presidente, que o punha a salvo das sanções criminais e cujos

atos perdiam o caráter delituoso. O remédio, como o *impeachment*, para a solução de crises no poder só excepcionalmente funcionou, como aconteceu com o presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo, em 1992. Na Europa, devido à participação das massas no processo político, o que se desenvolveu, pelo contrário, foi o parlamentarismo, uma forma de governo mais flexível, mais aberta, que permitia a solução das crises de poder dentro dos marcos constitucionais. A única experiência presidencialista que a história registrou no século XIX ocorreu na França e culminou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, o célebre 18 Brumário de Luís Bonaparte. O golpe de Estado constituiu o reverso da moeda do presidencialismo.

A proclamação da República no Brasil representou um retrocesso institucional. O golpe militar de 1889 que a gerou substituiu o *presidente vitalício* (o imperador), de um regime parlamentarista, pelo sistema de *imperadores temporários* (os presidentes), com poderes mais absolutos e um regime presidencialista em que o Exército se tornou o poder moderador. Não obstante, o poder civil, sob o controle de oligarquias agroexportadoras, predominou e manteve a moldura democrático-representativa, não só no Brasil (salvo os quatro anos subsequentes à proclamação da República) como na Argentina, entre 1890 e 1930. Àquela época, a profunda crise do sistema capitalista, manifestada com o colapso da bolsa de Nova York, em 1929, estremeceu praticamente todos os países da América Latina e desencadeou, nos anos subsequentes, fortes abalos políticos, golpes de Estado e revoluções. Os EUA, sem dúvida alguma, tiveram responsabilidade pelo estabelecimento e sustentação de muitas ditaduras em vários países da América Latina, ao apoiarem as facções políticas mais dóceis aos seus interesses econômicos e políticos. Não se pode negar, naturalmente, que os golpes de Estado que as instituíram foram, em larga medida, desencadeados por facções militares que trataram de resolver problemas de política interna, uma vez que a crise de poder, devido à rigidez do regime presidencialista, não encontrava solução

dentro dos limites constitucionais. Entretanto, a partir de 1960, a tendência das Forças Armadas para intervir como instituição no processo político da América Latina não decorreu apenas de fatores endógenos, inerentes aos países daquela região. Constituiu, na verdade, muito mais um fenômeno de política internacional continental que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc., uma vez que fora determinada, em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos, a partir daquela época, promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, particularmente por meio da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contrainsurreição e da *ação cívica*. Tanto isso é certo que a manifestação das Forças Armadas, em princípio, visou, sobretudo, ditar decisões diplomáticas, modificar diretrizes de política exterior, e ocorreu geralmente nos países cujos governos se recusavam a romper relações com Cuba. E daí o surto militarista, com a propagação dos golpes de Estado, que tinham como principal fonte de inspiração a Junta Interamericana de Defesa. Logo após a reunião de Punta del Este, enquanto a crise atingia o ápice na Argentina e a situação no Equador deteriorava-se, os militares peruanos, em serviço na Junta Interamericana de Defesa, procuraram os representantes chilenos e os convidaram “para fazer no Chile o que eles pretendiam no Peru”¹. O governo chileno, que se abstivera, como a Argentina, o Brasil e o Equador, na votação para expulsar Cuba da OEA, foi notificado, e o informante do embaixador Ilmar Pena Marinho manifestou-lhe a impressão de que, se o candidato da oposição à Presidência da República, Victor Haya de la Torre, líder da Apra (Aliança Popular Revolucionária), triunfasse, o golpe militar no Peru ocorreria quiçá até mesmo antes que as eleições se realizassem². Pouco tempo depois, o ministro da Guerra do Peru advertiu contra o apoio de Kennedy à “convivência pradismo-aprismo”, ou seja, entre os partidários do presidente Manuel Prado e os “segunda consequência”; na Argentina fora o “estímulo indireto” dado aos militares para que anulassem prati-

camente a Constituição daquele país em virtude da vitória do peronismo³.

As contradições entre o Departamento de Estado e o Pentágono, a gerar atritos dentro da administração de Kennedy, não implicavam, naturalmente, uma dualidade de objetivos, porém uma diferença nos métodos considerados mais eficientes. Destarte, enquanto o Departamento de Estado tendia a privilegiar os regimes que mantivessem, ainda que aparentemente, o caráter democrático-representativo, incentivando soluções dentro da moldura constitucional, o Pentágono procurava favorecer os governos de exceção com base militar, por julgá-los o melhor meio para reprimir a ameaça revolucionária, de acordo com a percepção de que o comunismo constituía mero caso de polícia⁴. Evidentemente, tanto dentro do Departamento de Estado quanto do Pentágono elementos havia contrários à orientação de suas respectivas agências na formulação e na condução da política exterior dos Estados Unidos. Mas, de qualquer forma, as discrepâncias entre elas transpareceram nitidamente durante a administração de Kennedy, sobretudo nos seguintes episódios:

1. A tentativa de golpe no Brasil, a fim de impedir a ascensão de João Goulart à Presidência da República, vacante em virtude da renúncia de Jânio Quadros (1961).
2. O golpe militar na Argentina contra o presidente Arturo Frondizi, logo após a Conferência de Punta del Este (1962).
3. O golpe militar no Peru, depois das eleições para a Presidência da República (1962).
4. O golpe militar na Guatemala (1963).
5. O golpe militar no Equador (1963).

O golpe militar, visando impedir a ascensão de Goulart à Presidência do Brasil, não se consumou devido à resistência liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, bem como ao fato de que o governo Kennedy não se dispunha a apro-

var a ruptura da legalidade no maior país da América do Sul logo após o lançamento da Aliança para o Progresso. A fórmula do parlamentarismo representou uma transação que conciliou o objetivo do Pentágono, colimado pelos ministros militares (retirar de Goulart os poderes de governo, na medida em que não mais podiam evitar sua investidura como presidente, diante da resistência nacional), com o método preferencial de Kennedy e do secretário de Estado, Dean Rusk (respeito ao funcionamento formal do regime democrático-representativo). No caso da deposição de Frondizi, como, depois, por ocasião dos golpes militares no Peru, na Guatemala e no Equador, a reação em Washington evoluiu, rapidamente, de um quase protesto inicial para uma atitude de expectativa e, por fim, para uma acomodação total diante dos fatos consumados. Assim,

- a) durante os 12 dias da crise de março de 1962, Kennedy demonstrou que preferia o *democratic procedure* para a sua solução, uma vez que a continuidade de qualquer auxílio à Argentina, dentro do programa da Aliança para o Progresso, afigurava-se como apoio à anulação das eleições e à implantação de uma ditadura militar;
- b) consumado o golpe de Estado e preso Frondizi, o governo dos Estados Unidos suspendeu a ajuda econômica e retirou qualquer apoio à moeda (peso) argentina;
- c) no dia seguinte, a imprensa norte-americana começou a registrar o fato de que “felizmente para a administração um mínimo de sucessão constitucional foi mantido” com a posse de José Maria Guido na Presidência⁵;
- d) em 18 de abril, 20 dias depois do golpe, os Estados Unidos reconheceram o novo governo da Argentina;
- e) em 7 de maio, Bonifácio del Carril, como novo ministro das Relações Exteriores da Argentina, declarou que “não toleraria qualquer manifestação de política neutralista” a advogar total fidelidade ao Ocidente e à liderança dos Estados Unidos, o

que os comentaristas norte-americanos assinalaram como uma “completa reviravolta” na situação de alguns meses antes, quando Frondizi procurava mediar o conflito com Cuba;

- f) em 7 de junho, o Tesouro norte-americano restabeleceu o apoio ao peso, que se desvalorizara desde o começo da crise em 60%, concedendo à Argentina um empréstimo de US\$ 50 milhões, ao mesmo tempo em que o Fundo Monetário Internacional lhe permitia uma retirada de US\$ 100 milhões.

O comportamento vacilante e, por fim, o recuo de Kennedy diante da situação na Argentina estimularam, sem dúvida alguma, o golpe de Estado que os militares, a cumprirem suas ameaças, desfecharam poucos dias depois no Peru, a fim de anular as eleições do dia 10 de junho. Com efeito,

- a) já em 31 de maio, os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica do Peru anunciaram que anulariam as eleições para a Presidência da República, se indícios de “fraude” nos seus resultados houvesse;
- b) a imprensa dos Estados Unidos comentou que “o peso da declaração caía principalmente sobre Haya de la Torre e a Apra” e registrou certa inquietação nos círculos governamentais de Washington⁶;
- c) realizadas as eleições no dia 10 de junho, três dias depois que os Estados Unidos restabeleceram a assistência financeira à Argentina, os militares desencadearam as pressões sobre a junta apuradora, para que não publicasse os resultados e, depois, sobre o presidente Manoel Prado, com o objetivo de o compelir a decretar sua nulidade ao verificar que Haya de la Torre obtivera a maioria dos votos, mas não alcançara o terço constitucional;
- d) como as pressões não tiveram êxito, os militares, no dia 18 de junho, derrubaram o governo e prenderam o presidente Prado;

- e) no mesmo dia, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com o Peru, cortando-lhe toda a cooperação econômica e militar, enquanto o próprio Kennedy condenava publicamente aquele golpe de Estado como um *serious setback* para a Aliança para o Progresso⁷;
- f) no dia 26 de junho, o chefe da junta militar acusou o embaixador dos Estados Unidos em Lima, James Loeb, de interferir nos assuntos internos do Peru, a fim de favorecer Haya de la Torre;
- g) e 29 dias depois do golpe de Estado, os Estados Unidos reconheceram a junta militar como “governo provisório” do Peru; em troca de uma promessa de eleições, previstas para 1963, restabeleceram relações diplomáticas, bem como a cooperação econômica e militar com aquele país.

O golpe de Estado na Guatemala também não surpreendera o governo dos Estados Unidos, embora seus porta-vozes não encontrassem uma explicação para o fato de que os militares derrubaram o presidente Miguel Ydígoras Fuentes, acusando-o de fraqueza e tolerância diante da ameaça comunista quando ele reclamara medidas drásticas contra Cuba, duas semanas antes, durante a Conferência dos Presidentes Centro-Americanos, em San José de Costa Rica.

De acordo com a análise da embaixada do Brasil em Washington, os acontecimentos na Guatemala representaram o modelo clássico dos golpes militares hispano-americanos, ou seja, derrubada do governo, suspensão das garantias constitucionais, deportação do presidente, fechamento do Congresso, proibição de atividades políticas e concentração dos poderes Executivo e Legislativo em mãos de um coronel que governaria por decretos⁸. Desse modo,

- a) a deposição do governo autoritário e francamente anticomunista do presidente Miguel Ydígoras Fuentes representou uma radicalização de extrema direita;

- b) apesar da alegação de que guerrilhas castristas ou comunistas operavam nas montanhas da Guatemala, o golpe de Estado teve como objetivo evitar o retorno ao poder, através das eleições, do ex-presidente Juan José Arévalo, apontado como homem de esquerda;
- c) nas eleições para a Presidência da República, a ocorrerem naquele ano (1963), Ydígoras Fuentes tendia a apoiar a candidatura de Roberto Alejos, grande fazendeiro de café e irmão do embaixador da Guatemala em Washington, mas foi acusado de manter entendimentos com Arévalo, que facilmente venceria as eleições, segundo observadores;
- d) em 17 de abril, 18 dias depois do golpe de Estado, os Estados Unidos reconheceram a ditadura militar do coronel Enrique Peralta Azurdia, havendo o Departamento de Estado aceitado como “compromisso” uma declaração informal por ele divulgada, no sentido de que poderia convocar eleições na Guatemala, mais ou menos, dentro de dois anos⁹.

O caso do Equador, onde a prolongada crise culminou em 1963, com a deposição do presidente Arosemena Monroy, apresentou alguma similitude tanto com o que se passou no Brasil, após a renúncia do presidente Quadros, quanto com o que ocorreu na Argentina e no Peru, a revelar as oscilações e a ambiguidade da política dos Estados Unidos *vis-à-vis* a América Latina:

- a) De modo semelhante ao de Goulart, Arosemena Monroy, como vice-presidente do Equador, arrostara a oposição dos ministros militares e assumira o governo, em 1961, com o apoio de forte movimento popular e de parte das Forças Armadas, em nome da legalidade democrática;
- b) seis meses depois, em maio de 1962, um levante militar compeliu-o a romper relações com Cuba, tal como se passara em março com Frondizi, e o Fundo Monetário Internacional, logo

- em seguida (junho), concedeu ao Equador um crédito de US\$ 5 milhões, a fim de ajudar o seu equilíbrio orçamentário;
- c) Arosemena Monroy realizou então uma visita oficial aos Estados Unidos, mas não obteve grande êxito nem conseguiu estabilizar a situação política no Equador;
 - d) cerca de um ano depois, foi deposto e deportado para o Panamá e substituído por uma junta militar, que suspendeu as liberdades políticas, proscreeu o comunismo e desencadeou a repressão contra todos os elementos de esquerda cujos nomes foram retirados de uma lista de vigilância e controle que a CIA fornecera¹⁰;
 - e) 21 dias após a deposição de Arosemena Monroy, o governo dos Estados Unidos reconheceu a junta militar, que já emitira um comunicado afirmando que não permaneceria muito tempo no poder.

Conforme se pode observar, o governo Kennedy, que considerava a democracia representativa um dos meios mais eficientes para o combate ao comunismo, condenava os golpes de Estado, mas, pouco tempo depois, demonstrava tolerância e, por fim, acomodava-se com as ditaduras de extrema direita por eles instituídas. Essa falta de consistência evidenciou-se nitidamente na política dos Estados Unidos diante dos acontecimentos na Argentina (1962), no Peru (1962), na Guatemala (1963) e no Equador (1963). Durante a administração de Kennedy, o Departamento de Estado sempre manifestou publicamente sua preocupação com qualquer atentado à democracia representativa no hemisfério. Porém, mesmo que provas concretas não existissem sobre a ingerência direta do Pentágono, a estimular golpes militares na América Latina, não restava a menor dúvida de que suas pressões levaram os Estados Unidos a reconhecer e a cultivar “relações amistosas com as piores ditaduras de direita”, segundo a análise da embaixada do Brasil naquele país, a salientar que, “do ponto de vista dos setores militares de Washington, tais governos são muito mais

úteis aos interesses da segurança continental do que os regimes constitucionais”¹¹.

De fato, àquele tempo, o que mais afetava, no hemisfério, os interesses de segurança dos Estados Unidos não era exatamente a luta armada pró-comunista, como as guerrilhas na Venezuela e na Colômbia, mas sim o desenvolvimento da própria democracia naqueles países, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista, e os sentimentos antinorte-americanos, a envolverem a maioria do povo, passavam a condicionar o comportamento de seus respectivos governos. Assim, de acordo com todas as evidências, mais que uma questão de política nacional, de política interna de países como Argentina, Peru, Guatemala, Equador ou Brasil, os golpes de Estado que, depois da revolução cubana, abalaram toda a América Latina constituíram um fenômeno de política internacional cujo epicentro se encontrava na mutação da estratégia de segurança continental, promovida pelo Pentágono. E, não sem motivo, o embaixador Ilmar Pena Marinho, chefe da delegação do Brasil na OEA, manifestou sua preocupação com a possibilidade de que o Colégio Interamericano de Defesa, criado por pressão dos Estados Unidos, viesse a transformar-se em uma “academia de golpes de Estado”¹², em que os estagiários e instrutores norte-americanos, a influenciar seus colegas latino-americanos, manifestassem abertamente opiniões sobre a necessidade de criar um sistema permanente de ação coletiva, capaz de intervir onde quer que não se pudesse enfrentar, com recursos internos do próprio país, a ameaça comunista¹³. O empenho de Kennedy, por meio do Departamento de Estado, em preservar, ainda que aparentemente, o invólucro democrático-representativo dos regimes políticos nos países latino-americanos visou criar condições morais que justificassem a continuidade da campanha não apenas contra Cuba como, também, contra qualquer revolução social que no continente viesse a ocorrer. Entretanto, não significava que ele e seus

colaboradores, os homens da “Nova Fronteira”, tinham preconceitos contra golpes de Estado.

Eles, aliás, não tinham preconceitos nem mesmo contra assassinatos e outras ações de terrorismo. A CIA fornecera todos os armamentos — rifles, pistolas e metralhadoras — aos dissidentes que tencionavam, na República Dominicana, assassinar o ditador Rafael Trujillo, e a Casa Branca, bem como o Departamento de Estado, soube antecipadamente do crime cometido com êxito em maio de 1961¹⁴. Outro complô igual fora planejado, simultaneamente, contra o ditador do Haiti, François Duvalier, conforme o próprio embaixador Adolf Berle Jr. revelara ao chanceler Afonso Arinos, ao visitar o Brasil em fevereiro de 1961¹⁵. O plano dos Estados Unidos, para o qual Berle Jr. pedira então o apoio ou, pelo menos, o beneplácito do presidente Quadros, consistia em apresentar a invasão de Cuba como parte de um movimento mais amplo, com o objetivo de restaurar a democracia representativa nos diversos países do continente, onde quer que ditaduras existissem¹⁶. Como Fidel Castro, no entanto, sobrevivera ao derrotar em Playa Girón (abril de 1961) o ataque organizado pela CIA, Kennedy passou a receber pressões para autorizar seu assassinato, e tanto admitia a possibilidade que consultou a opinião do jornalista Tad Szulc, especialista em Cuba, durante uma conversa *off-the-record*, em novembro de 1961.

Segundo o jornalista Tad Szulc, o projeto AM LASH para o assassinato de Fidel Castro fora tão sigilosamente mantido pela CIA que nem mesmo Kennedy soubera de sua existência¹⁷. Por sua vez, tanto Dean Rusk, secretário de Estado, quanto McGeorges Bundy, ao prestarem, posteriormente, depoimento perante o Senado norte-americano, julgaram difícil conceber que Kennedy permitisse o uso de um stratagema para assassinar Fidel Castro, enquanto o embaixador William Atwood realizava gestões a fim de normalizar as relações entre Cuba e os Estados Unidos. Mas não era improvável. O Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional, durante o mês de outubro de 1963, autorizou várias

operações de sabotagem que incluíam a destruição de uma central de energia elétrica, uma refinaria de petróleo e uma usina de açúcar, visando à desestabilização do governo de Fidel Castro¹⁸. E não o fez, aparentemente, sem o conhecimento de Kennedy. De qualquer forma, foi durante sua administração que os Estados Unidos começaram a recorrer mais amplamente ao terrorismo sob todas as modalidades, como instrumento de política exterior, ao *mesmo tempo* em que preparavam os grupos especiais de contrainsurreição (CI ou *Green Berets*), com treinamento em táticas militares e paramilitares, bem como em técnicas de guerrilhas, para intervir nos diversos países, inclusive o Brasil.

A penetração do Brasil pelos norte-americanos, com o empreendimento das mais variadas modalidades de *covert action* e *spoiling action*, engravesceu, sem dúvida alguma, a crise interna, induzindo artificialmente o processo político à radicalização muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais. Não havia, naquelas circunstâncias, sequer a possibilidade de que Cuba viesse a estimular qualquer insurreição contra o governo de Goulart, que defendia seu direito à autodeterminação; nem à União Soviética, empenhada em combater o stalinismo chinês, interessava criar outro problema na América Latina. O jornalista Tad Szulc, do *The New York Times*, reconheceu como “evidente” que “não foi a influência direta de agentes, dinheiro ou armas de Cuba que levou Goulart e seus companheiros à beira de um Estado quase revolucionário no Brasil”, embora fosse “inconfundível a influência psicológica e intelectual” da revolução de Fidel Castro, “ainda que transmutada em termos puramente brasileiros”¹⁹. Com efeito, o que levou Goulart à beira de um “Estado quase revolucionário”, se é que assim se pode considerar o desbordo da democracia sob o seu governo, foi principalmente o fato de que Kennedy, com as promessas de reformas da Nova Fronteira e da Aliança para o Progresso, reagiu, diante de algumas nacionalizações (que nada tinham de socialistas e, sim, visavam à expansão nacional do capitalismo), bem como dos esforços do Brasil para

manter maior independência em suas políticas interna e externa, do mesmo modo que Eisenhower em face das primeiras mudanças empreendidas por Castro. Assim, as lutas sociais, das quais, no Brasil, a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes, condicionaram, em larga medida, o comportamento de Kennedy e a forte hostilidade dos Estados Unidos a Goulart; porquanto àquela época as corporações multinacionais, em busca de fatores mais baratos de produção, não podiam tolerar nos *new industrializing countries* nenhum governo de corte social-democrático que, sob influência dos sindicatos, favorecesse a valorização da força de trabalho.

O Conselho das Américas, sob a liderança de David Rockefeller, empenhou-se efetivamente na desestabilização do governo de Goulart, com o conhecimento e a participação da CIA, conforme o depoimento do ex- embaixador do Chile, Edward Korry, perante o Senado dos Estados Unidos²⁰. No segundo semestre de 1962, a somar-se à ITT, a Hanna passou a pressionar o governo Kennedy para não dar nenhuma assistência financeira ao Brasil até que Goulart resolvesse o caso do cancelamento de suas concessões no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais²¹. O banqueiro William H. Drapper, que visitou o Brasil em missão oficial, manteve durante as primeiras semanas de outubro daquele ano diversos contatos com elementos da comunidade empresarial norte-americana e, a refletir suas opiniões, sugeriu a Dean Rusk que os Estados Unidos adotassem a *linha-dura*, recusando qualquer ajuda ao balanço de pagamentos do Brasil até que Goulart aplicasse um plano de estabilização monetária satisfatório para o FMI ou caísse do governo, trágado pela voragem da crise de suas contas externas²². Sua perspectiva era a de que Goulart provavelmente não executasse o plano de estabilização monetária e, infletindo mais para a esquerda, possibilitasse a “polarização das forças políticas domésticas”, e, em uma segunda etapa, o golpe de Estado, com a instauração de forte regime militar de direita, “mais bem

orientado para os Estados Unidos”²³. John Richard, executivo da RCA e presidente da Câmara Americana de Comércio, sugeriu-lhes que os Estados Unidos forçassem o colapso econômico do Brasil, com o corte de toda ajuda ao governo de Goulart, de modo a produzir sua queda e abrir o caminho para os militares²⁴. Gordon, por outro lado, temeu que Goulart se fortalecesse pela onda do antiamericanismo e realizasse expropriações maciças de empresas dos Estados Unidos, razão pela qual propôs o adiamento de tão drásticas decisões, por poucos meses mais até a realização do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, quando o povo decidiria pela restauração do presidencialismo²⁵.

Entretanto, embora o governo de Goulart aprovasse a inspeção dos navios com destino a Cuba durante a crise dos mísseis, demonstrando que a defesa de sua autodeterminação não significava favorecimento da expansão militar da União Soviética ou abdição dos compromissos fundamentais com o Ocidente, Kennedy, em dezembro de 1962, já se mostrava desmesuradamente inquieto e nervoso com a situação no Brasil. No dia 11 daquele mês, reuniu o Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional para examinar a “ameaça comunista” no Brasil e a crise de seu balanço de pagamentos. Ao que tudo indica, naquela oportunidade decidiu-se que os Estados Unidos suspenderiam totalmente qualquer financiamento ao governo Goulart, nada fazendo (como, por exemplo, prorrogação de vencimentos) para aliviar as dificuldades de suas contas externas e só destinando recursos aos estados, depois denominados “ilhas de sanidade administrativa”²⁶, cujos governadores fossem militantes anticomunistas²⁷. No dia seguinte, ao falar à imprensa, referiu-se duramente à situação do Brasil, declarando que uma inflação de 5% ao mês anulava a ajuda norte-americana e aumentava a instabilidade política. Segundo ele, uma inflação no ritmo de 50% ao ano não tinha precedentes, e os Estados Unidos nada podiam fazer para beneficiar o povo do Brasil enquanto a situação monetária e fiscal do país fosse tão instável²⁸. Sua atitude, ao afirmar praticamente que uma outra nação

estava em bancarrota, chocou o governo Goulart, que a considerou irresponsável, pois seus efeitos econômicos e políticos seriam desastrosos para o Brasil e, em particular, para seus créditos externos. E, enquanto sua entrevista repercutia, Kennedy, no dia 13, recebeu em audiência o senador Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil, e Lleras Camargo, ex-presidente da Colômbia, abordando com eles o tema da América Latina e, em particular, do Brasil. Kubitschek, que notara uma crescente animosidade contra o Brasil nos Estados Unidos, defendeu Goulart como um “homem de sólidos princípios, com bom entendimento político”, que necessitava sentir-se apoiado para contra-arrestar as influências adversas, tais como a de seu cunhado, Leonel Brizola, “violentamente antiamericano”²⁹. Kennedy ponderou que não importava quanto os Estados Unidos haviam aplicado no Brasil, mas a verdade era que o dinheiro não produzira nenhum resultado, uma vez que a inflação e a fuga de capitais continuavam. O outro fato a preocupar, segundo ele, era a forte influência marxista ou comunista no movimento operário e em outras áreas importantes da sociedade brasileira, o que contribuía para o total agravamento da situação. Kubitschek explicou que os elementos de esquerda, embora não apresentassem um peso significativo, eram muito atuantes e barulhentos, de modo que contribuía para impopularizar a Aliança para o Progresso, e instigou Kennedy, várias vezes, a cooperar com o Brasil — e sem demora — na solução de seus problemas de balanço de pagamentos. No curso da conversa, salientou que na sua administração o Brasil recebera mais de US\$ 2,5 bilhões, o equivalente à média anual de US\$ 500 milhões, o que contrastava com os poucos US\$ 10 milhões investidos naquele ano. Kennedy ponderou que as políticas radicais de nacionalização do capital e expropriação de empresas estrangeiras afugentavam cada vez mais os investimentos. E Kubitschek aproveitou, mais adiante, uma oportunidade para salientar que, durante seu mandato, promovera o desenvolvimento do Brasil, alcançando grande sucesso mesmo sem quase receber ajuda do governo dos

Estados Unidos. E havia certas áreas, como a situação do balanço de pagamentos, em que a cooperação dos Estados Unidos, ele enfatizou, seria muito útil. Os argumentos de Kubitschek em favor da colaboração com Goulart não sensibilizaram Kennedy. Por duas vezes, ele repetiu que considerava a situação do Brasil, devido à sua natureza e à sua posição-chave nos assuntos do hemisfério, mais grave que a de Cuba, que afinal era um país pequeno, e por isso tinha a máxima prioridade. Contudo, acentuou, o fato era que, não importando o que os Estados Unidos fizessem, a situação do Brasil deveria deteriorar-se³⁰.

Efetivamente, desde, pelo menos, julho de 1963, os Estados Unidos começaram a estudar vários planos de emergência denominados *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente contra o governo Goulart, diante da possibilidade de que ele, como consequência da pressão econômica, se dirigisse para a esquerda, não propriamente comunista e sim sob a forma de *autoritarismo ultranacionalista*, algo no modelo Vargas ou Perón, conforme a CIA avaliara³¹. Em 10 de outubro, à mesma época em que o Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos autorizara novas operações de sabotagem em Cuba, os soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército brasileiro, sob o comando do major Ary Abrahão Ellis, vasculharam um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, e descobriram dez metralhadoras Thompson, calibre 45; vinte carregadores; setenta e duas caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45; dez granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN); e um radiotransmissor Motorola, marcado com o símbolo do programa Ponto IV (mãos apertadas), da embaixada dos Estados Unidos³². O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, declarou que as metralhadoras Thompson tinham entrado clandestinamente no Brasil, pois nenhuma daquele tipo existia nas organizações da Polícia nem no Exército, cujos oficiais desconheciam todos aqueles modelos de armamentos, tão modernos que eram³³. E as investigações evidenciaram a existência de uma trama para a eliminação de

Goulart e de seus filhos, bem como de muitos políticos e generais favoráveis ao governo³⁴. A CIA, sem dúvida alguma, estava por trás do complô. Entretanto, cerca de 40 dias depois, foi Kennedy quem sucumbiu, tornando-se ele próprio alvo também do terrorismo. E o governo de Goulart não sobreviveu mais que quatro meses. Um golpe de Estado, em 1ª de abril de 1964, derrubou-o, com apoio aberto dos Estados Unidos, que começaram a desencadear — aí, divergências entre o Pentágono e o Departamento de Estado não houve — a operação *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente no Brasil, se necessário fosse. Uma força-tarefa norte-americana, incluindo o porta-aviões Forrestal, recebeu ordem de rumar para o Atlântico Sul³⁵. E, caso a guerra civil irrompesse no Brasil, a Argentina solicitaria a intervenção da OEA, conforme o general Leopoldo Suarez, ministro da Defesa, comunicou a Washington, após conferência com o presidente Arturo Illia e o ministro das Relações Exteriores, Miguel Angel Zavalla Ortiz³⁶. Evidentemente, ela se dispunha a invadir seu território, e essa perspectiva fora o que levava suas Forças Armadas a autorizar a construção de rodovias com recursos da Agência Internacional de Desenvolvimento, nas províncias de Entre-Rios e Corrientes, limítrofes do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que multiplicavam as guarnições existentes naquela região³⁷. Tratava-se, provavelmente, da outra face da operação *Brother Sam*, como primeiro ensaio para a constituição de uma força interamericana permanente, de acordo com os planos do Pentágono.

O governo de João Goulart, quando caiu, contava com 76% da opinião pública a seu favor³⁸, elevado índice de popularidade, não obstante a formidável campanha que as oposições interna e externa promoveram, com o objetivo de o desestabilizar. E o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, ao comentar a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, realizada no Rio de Janeiro como manifestação de apoio ao levante militar, observou que “a única nota triste foi a participação obviamente limitada das classes baixas”³⁹, ou seja, a ausência de trabalhadores. Com

efeito, o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras⁴⁰, constituiu nitidamente um episódio de luta de classes, a refletir o aguçamento no nível tanto nacional quanto internacional dos antagonismos sociais e políticos que atingiram, a partir da Revolução Cubana, uma gravidade inaudita na América Latina. Os militares, vinculados política e ideologicamente à antiga Cruzada Democrática, foram os que então se apossaram do poder e, a sagrarem o *putsch* como Revolução Democrática ou Revolução Redentora, recorreram aos métodos de guerra civil para destruir a oposição e esmagar toda e qualquer forma de resistência. Entretanto, como homenagem do vício à virtude, eles tiveram de conservar, formalmente, os traços constitucionais e alguns aspectos da mecânica democrático-representativa, de modo a não constranger a administração do presidente Lyndon Johnson, sucessor de Kennedy, perante a própria opinião pública nos Estados Unidos, e a não dificultar, em consequência, sua cooperação militar e financeira⁴¹.

Assim, embora o presidente John Kennedy adotasse, como um dos pressupostos da Aliança para o Progresso, a diretriz de não reconhecer governos que não obedecessem às normas do regime democrático-representativo, sua administração foi a que mais incentivou as Forças Armadas, percebidas como a organização social mais estável e modernizadora, a participar da política interna de seus respectivos países mediante “ações cívicas” e contrainsurreição, inaugurando um ciclo de golpes de Estado no Cone Sul. E o presidente Johnson, sem vacilações, deu-lhe continuação.

Notas

¹ Telegrama nº 149,18h, secreto, recebido, DEA DAM 600.(35), da Delegação do Brasil na OEA, a embaixador Ilmar Pena Marinho, Washington, 5/6.4.1962, AHMRE-B, 600, (35), Peru, Situação Política, secreto, 1957/66.

² *Ibidem*.

- ³ Carta-telegrama nº 42, secreto, DAM/DAS/600.35, da embaixada em Lima, a) embaixador Orlando Leite Ribeiro, 23.3/2.4.1962, AHMRE-B, CTs-Telegramas, recebidos e expedidos, secreto, H-L, 1962/63.
- ⁴ “Política externa norte-americana, análise de alguns aspectos”, anexo 1 e único ao Ofício nº 516/900.1 (22), secreto, da embaixada do Brasil em Washington ao Ministério das Relações Exteriores, a) Roberto de Oliveira Campos, Washington, 13.6.1963, AHMRE-B, 900.1 (00). Política Internacional, de (10) a (98), 1951-66.
- ⁵ *Ibidem.*
- ⁶ *Ibidem.*
- ⁷ *Ibidem.*
- ⁸ *Ibidem.*
- ⁹ *Ibidem.*
- ¹⁰ *Ibidem.*
- ¹¹ “Política externa norte-americana, análise de alguns aspectos”, anexo 1 e único ao Ofício nº 316/900.1 (22), secreto, embaixada em Washington ao Ministério das Relações Exteriores, Washington, 13.6.1963, AHMRE-B, 900.1 (00), Política Internacional, de (10) a (98), 1951-66.
- ¹² Telegrama nº 303, confidencial, da Delegação do Brasil junto à OEA, a) embaixador Ilmar Pena Marinho, Washington, 25/25.6.1962, AHMRE-B, Junta Interamericana de Defesa, América, 1961/63.
- ¹³ “Política externa norte-americana, análise de alguns aspectos”, anexo 1 e único ao Ofício nº 516, secreto, da embaixada em Washington, *loc. cit.*
- ¹⁴ US. Senate, Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, 94th Congress, 1st. Session, November 20 (legislative day, November 18), 1975, US Government, Print Office, Washington, 1973, pp. 191-213 e 262-263.
- ¹⁵ Afonso Arinos de Mello Franco, *Planalto — Memórias*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968, pp. 83-84.
- ¹⁶ *Memorandum* de Arinos a Quadros, 28.2.1961, secreto, sem cópia no AHMRE-B, reproduzido. In: A. A. de Mello Franco, *op. cit.*, pp. 83-84. Telegrama nº1130, 3 3.1961, 1 h p.m., embaixador John Moors Cabot para o secretário de Estado, confidencial, desclassificado em 27.8.1975. JFKL.
- ¹⁷ Kennedy dissera a Tad Szulc que estava a sofrer pressões por parte de alguns de seus assessores, para que ordenasse a eliminação de Fidel Castro, mas ele entendia que, por “motivos morais”, os Estados Unidos não deveriam participar de assassinatos. E a seu assessor, Richard N. Goodwin, ponderou, alguns dias depois: “Não podemos nos envolver nesse tipo de coisas ou todos nós nos transformaremos em alvo”. *Memorandum* de Arinos a Quadros, 28.2.1961, secreto, sem cópia no AHMRE-B, reproduzido. In: A. A. de Mello Franco, *op. cit.*
- ¹⁸ US Senate, *Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders*, pp. 173-176.
- ¹⁹ Tad Szulc, “Exportação da revolução cubana”. In: *Cuba e os Estados Unidos*. Editor John Plank, Edições *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1968, p. 91.
- ²⁰ Depoimento de Edward Korry, ex-embaixador dos Estados Unidos no Chile durante o governo de Salvador Allende, perante o Senado norte-americano. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14.2.1977.
- ²¹ Ruth Leacock, “JFK, Business and Brazil”. In: *Hispanic American Historical Review*, 59 (4), November 1979, p. 654. O estudo de Ruth Leacock é um dos mais elucidativos sobre as relações entre os governos Kennedy e Goulart.

- 22 Leacock, *op. cit.*, p. 655.
- 23 *Ibidem*, p. 656.
- 24 *Ibidem*.
- 25 *Ibidem*, p. 657.
- 26 Entrevista de Lincoln Gordon a Roberto Garcia. *In: Veja*, São Paulo, 9.3.1977.
- 27 Um dos beneficiados foi Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara.
- 28 “Public papers John F. Kennedy”, 1962, p. 871. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13.2.1962, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14.2.1962.
- 29 *Memorandum of Conversation*, December 13, 1962, NLK-76-96 §2º, JFKL.
- 30 *Ibidem*.
- 31 Central Intelligence Agency, NIE 93-263: “Situation and prospects in Brazil”, 2.7.1963, JFKL.
- 32 Relatório do general de brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do inquérito policial militar que investigou o caso DJG. *Vide também O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11.10.1963 e 12.10.1963. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11.10.1963 e 12.10.1963.
- 33 *Ibidem*.
- 34 “Diante das provas colhidas [...], não poderemos fugir à hipótese de que houve maquiagem contra a vida ou a incolumidade ou a segurança do presidente da República”. Parecer do general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, encaminhando o relatório das investigações à Justiça Militar, DJG. *Vide também Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28.11.1963. Sobre o assunto, maiores detalhes em L. A. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil — 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, pp. 133-137.
- 35 L. A. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, pp. 174-186. Phylis R. Parker, 1964: *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, pp. 102-110. Íntegra de vários documentos sobre a Operação *Brother Sam*. *In: Marcos Sá Correa, 1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, PM Editores, 1977, pp. 20-24.
- 36 Telegrama da embaixada americana para o Departamento de Estado, Buenos Aires, 1.4.1964, LBJL.
- 37 Rogelio Garcia Lupo, “El ojo en Brasil”. *In: Marcha*. Montevideú, 8.3.1963, nº1147.
- 38 Pesquisa do Ibope revelada pelo *Correio Brasiliense*, Brasília, 11.9.1989. *Vide também* pesquisa completa de Antônio Lavareda. *In: Isto é Senhor*, São Paulo, Editora Três, 12 de dezembro de 1990, nº 1108, pp. 44-46.
- 39 Telegrama, Lincoln Gordon a Dean Rusk, Rio de Janeiro, 2.4.1964, *National Security File, CEP*, vol. 3, LBJL.
- 40 *Vide* L. A. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, pp. 64-74, 126 e 140.
- 41 Entrevista de Lincoln Gordon ao autor. Washington, setembro de 1977. *Vide também* P. R. Parker, *op. cit.*, pp. 105 e 111-115. Dardo Cuneco, *La batalla de América Latina*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1964.

PARTE III
*Esquerdas, militares:
A derrota sem resistência*

ERA O GOLPE DE 1964 INEVITÁVEL?

Nelson Werneck Sodré

Para situarmos historicamente o problema de 1964, temos que começar em 1945, quando termina a Segunda Guerra Mundial com a derrota do nazifascismo e do militarismo japonês abrindo perspectivas a uma ampla democratização para todos os países. O reflexo dessa vitória sobre as formas totalitárias de poder abre realmente possibilidades para uma reordenação democrática. Ocorre, entretanto, um acidente de percurso da maior gravidade: EUA e União Soviética, em campos opostos, defrontam-se naquilo que ficou convencionado conhecer como Guerra Fria. Começa, então, uma terrível luta política, em termos internacionais, que é visceralmente essencialmente pelo anticomunismo. A burguesia dos países, e o caso brasileiro com evidência, tem como ideologia fundamental o anticomunismo; isto é, toda e qualquer reforma que se pretenda fazer no sentido do avanço e do progresso será travada porque batizada de comunista.

Ocorre, de 1945 aos nossos dias, uma sucessão de golpes de Estado: o golpe de 1945, imediatamente após o fim da Guerra; o de 1954, que depõe Getúlio Vargas; as tentativas de golpe de 1955 e 1961; e o golpe de 1964, cujas consequências e características vamos estudar mais profundamente.

De que forma se apresentam esses golpes? Em primeiro lugar, uma intensiva preparação da mídia; quer dizer, jornais, televisões

e rádios buscaram isolar politicamente os detentores do poder naquele momento.

Em seguida, feita a preparação, mobilizada a opinião contra o poder constituído, uma intervenção militar e a deposição daqueles que estão no poder. O conteúdo desses golpes sucessivos é o de manter as velhas estruturas que resistem a qualquer mudança. Se analisarmos o golpe de 1945, o primeiro de uma série, verificaremos que se trata do impedimento para estabelecer no Brasil um regime democrático que as condições internacionais já permitiam. Pela Guerra Fria e pelo anticomunismo, o presidente seria um ditador: Getúlio Vargas, que governava o Brasil no Estado Novo, foi deposto, e a forma como ele abriu a democratização convocando todas as correntes partidárias a participarem do processo de construção de uma nova estrutura política fracassou. Foi estabelecido um governo transitório que levou ao poder, por eleições, justamente o condestável do Estado Novo, o general Eurico Dutra.

O golpe de 1954 também foi para deter qualquer avanço no processo político das reformas econômicas. Desde que Getúlio Vargas esposou a tese do monopólio estatal do petróleo, mobilizando a opinião pública para forjar a Eletrobras, e tomou providências no sentido de prover o Estado brasileiro de órgãos capazes de intervir na estrutura econômica de forma progressista, foi condenado pelas estruturas reacionárias, deposto e levado ao suicídio em agosto de 1954.

Em 1955, uma tentativa de golpe militar visava impedir a posse do candidato Juscelino Kubitschek, que havia sido vencedor nas eleições. Em 1961, as forças reacionárias levaram ao poder, numa ampla aliança, Jânio Quadros, que se propunha preservar os interesses dos setores mais conservadores. A renúncia do presidente e a divisão das forças que defendiam os propósitos retrógrados fizeram com que fosse tentado um golpe militar, inviabilizado pela divisão das Forças Armadas. Contudo, esses propósitos tornaram-se triunfantes em 1964, quando o governo João Goulart

buscou efetivar as reformas de base, isto é, as modificações estruturais na vida brasileira. Jango acabou sendo deposto não pelos seus defeitos, mas por suas qualidades e virtudes.

Sendo assim, a forma dos golpes é sempre a mesma: a ação preparatória da mídia, uma pregação intensiva, visando isolar as forças políticas progressistas, e o coroamento por meio de uma intervenção militar do tipo que vai e vem. Ou seja, as forças militares intervêm, depõem o detentor do poder naquele momento, asseguram a sua substituição e se retraem. Em 1964, no entanto, o modelo sofre uma modificação, pois as Forças Armadas tomam o poder e instalam-se nele, não o cedendo às forças políticas que as manipularam. Há um significado novo, portanto, na forma de intervenção das Forças Armadas, que é o de manter as velhas estruturas que controlam este país desde a época colonial.

Essas intervenções, entretanto, devem ser condicionadas a uma análise histórica. Se recuarmos no tempo, verificaremos que as Forças Armadas no Brasil sofrem um movimento pendular: ora apresentam uma conduta positiva, ora negativa. Asseguraram a monarquia e o regime escravocrata e depois o derrubaram; asseguraram, ao longo do tempo, várias ações contrárias aos interesses do povo, mas, algumas vezes, mantiveram a estrutura do regime democrático, como, por exemplo, em 1955, garantindo a posse do presidente eleito, e em 1961, mesmo divididas, culminando na posse do vice-presidente João Goulart.

O que significa esse movimento pendular, ora pró, ora contra os interesses populares? Devemos considerar que as Forças Armadas estão inseridas no processo histórico e, portanto, sofrem e participam das contradições que a sociedade brasileira atravessa ao longo do tempo. Isso vem a propósito, porque tanto é errado condenar a intervenção das Forças Armadas, ou condená-las em si, como supor que sejam sempre defensoras de determinado tipo de governo e de poder.

Mas é preciso mais que isso. No processo histórico há sempre uma mistura, uma heterogeneidade muito grande de aconte-

cimentos. O mister do historiador é discriminar, nesse conglomerado de verdades e falsidades, o que é importante e o que é acessório. O processo histórico só pode ser entendido quando se despoja do que é acessório e se concentra a atenção sobre o que é essencial. Há uma diferença grande entre a aparência e a realidade.

Então, é preciso ver o que está por trás das Forças Armadas. O Estado Novo de 1937 a 1945, anterior ao período que estamos estudando, era uma ditadura, instalada e mantida pelas Forças Armadas. Mas ditadura exercida por um civil que foi Getúlio Vargas. Por que houve o golpe de 1937? Por que ocorreram as tentativas, às vezes vitoriosas, de 1945, 1954, 1955, 1961, 1964? Porque as Forças Armadas foram instrumentadas, manipuladas, mobilizadas pelas forças políticas mais conservadoras, quando não reacionárias, que esse país conheceu. Então, a fachada militar das ditaduras esconde seu conteúdo profundamente reacionário, o conteúdo que resultou da mobilização das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.

Isso deriva de um problema histórico na nossa vida, que é o retardo da revolução burguesa no Brasil. A revolução burguesa é aquela que leva ao poder a classe dominante, a burguesia, e que introduz modificações superadoras, particularmente no quadro europeu, dos entraves feudais; no quadro brasileiro superam as reminiscências e heranças de um regime colonial. Esse atraso é ligado a um problema de defasagem histórica. Nossa revolução foi tardia, posterior à ocorrida no ocidente europeu e nos EUA, e admitiu vários modelos: o de Vargas, por exemplo, com um período ditatorial em 1936-1945, e um democrático, tanto quanto pode ser assim apelidado, entre 1950 e 1954. Modelo esse que era caracterizado pela mobilização das energias nacionais, pela ampliação da participação popular no processo político e pela intervenção do Estado na economia. Sucede-se o de Juscelino Kubitschek, de ampla participação e receptividade de capitais externos em condições de privilégio para impulsionar aquilo que foi batizado, então,

de desenvolvimento, sinônimo para o avanço material em determinados níveis.

Esses sucessivos golpes padeceram de uma condicional: a ampliação da participação política do povo, isto é, a cada processo, a cada etapa, amplia-se no Brasil a participação popular no processo político; hoje o Brasil tem quase 100 milhões de eleitores que irão dizer, em outubro de 1994, o que preferem. Para ir longe: na época da monarquia era possível eleger um senador com 200 votos; Rui Barbosa foi um recorde de votação popular ao se eleger deputado com 400 votos. Compare-se com as eleições de hoje e veja-se como há uma grande ampliação da participação popular no processo político. Isso vai afetar, também, a fisionomia dos golpes e seus resultados. Chegamos ao quadro atual e estamos vendo uma decomposição acentuada das velhas estruturas do Brasil: estão viciadas, corrompidas e evidentemente incapazes de conduzir o processo político.

Isso se verifica, inclusive, na forma de resolver um problema crônico que é a inflação, com períodos agudos como o que estamos atravessando agora. Sempre, quando há uma tentativa de deter a inflação, observa-se que se faz à custa do trabalho; e aqueles que defendem o processo democrático buscam preservar os direitos de quem trabalha em desfavor daqueles que o exploram. Nesse conjunto de decomposição do processo político a que estamos assistindo e vivendo, extremamente complexo, cabe certamente um papel às Forças Armadas. Qual é esse papel? É a grande interrogação a que responderei mais à frente.

Quero colocar ainda alguns conceitos que devem presidir nossa discussão: as categorias de ritmo e de defasagem. A burguesia brasileira é um exemplo de defasagem ao ter ascendido ao poder atrasada, num momento de hegemonia da dominação imperialista. Nossa burguesia, portanto, tornou-se incapaz de promover grandes transformações sociais, daí inclusive sua resistência a qualquer forma de avanço e receio por tudo que é novo e progressista.

Essa é a razão da inércia social que vem presidindo o nosso desenvolvimento histórico. Sabemos que, em nossa história, houve uma sucessão de curtos períodos de liberdade, evidentemente relativa, e longos períodos de arbítrio. Daí a sucessão de intervenções militares, de golpes e de interrupções do processo político. Fato esse advindo da debilidade da burguesia brasileira, que, mesmo detendo a hegemonia do processo, não o faz de forma completa e total. Ela necessita se amparar em forças que resguardem os seus privilégios, geralmente no imperialismo, na medida em que a intervenção estrangeira é um dado na vida política de todas as nações latino-americanas, e portanto na nossa vida também.

Conseqüentemente, temos a constatação da fragilidade das instituições democráticas, no Brasil, e o extremo cuidado que devemos ter para mantê-las, mesmo que à custa de grandes sacrifícios e renúncias. Cresce, portanto, a importância do mercado interno no processo econômico, influenciando consideravelmente o processo político. O mestre da economia na ditadura militar dizia: “Exportar é a solução”. Mentira; o mercado interno é a alavanca do desenvolvimento brasileiro; é preciso dotar nosso povo de poder aquisitivo para que o desenvolvimento desencadeie um aumento da produção e encontre um mercado receptivo à sua altura. De qualquer forma, há uma grande complexidade no fenômeno político-brasileiro que, frequentemente, apresenta formas inéditas de manifestação. Estas acabam nos surpreendendo, na medida em que raciocinamos sempre por analogia, buscando ver a semelhança com dados e modelos anteriores.

Para esta mesa foi colocado um problema de extrema complexidade. Seria possível evitar o golpe de 1964? Sim, teria sido possível se realmente nossas instituições fossem democráticas e sólidas. Não haveria as intervenções, nem os golpes, daí o cuidado que devemos ter, hoje, para que não haja uma ruptura no processo democrático.

E, para finalizar, buscando responder a qual o papel das Forças Armadas nesse processo: foram sucessivas intervenções, inclusive

com a maior e mais profunda delas em 1964, criando um profundo fosso entre elas e o povo brasileiro. No entanto, é preciso contar com as Forças Armadas como um dado da realidade; elas estão num processo de reconciliação com o povo brasileiro. O que o povo deve exigir é que tenham o papel de defensoras das instituições democráticas e dos interesses populares.

ERA O GOLPE DE 1964 INEVITÁVEL?

Jacob Gorender

A categoria de inevitável e de inevitabilidade é uma categoria discutível na história. Já se atribuiu ao marxismo a afirmação de que a história tem um curso inevitável. É preciso dizer que não se pode inferir essa ideia do marxismo: uma coisa é determinação; outra, inevitabilidade. O que os historiadores marxistas, fiéis ao espírito do trabalho de Marx, podem afirmar é que os acontecimentos históricos e as transformações sociais são o efeito de causas definidas, ocorrendo dentro de um conjunto de determinações.

Como diria Marx, na célebre frase: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha [...]”. Ou seja, cada geração recebe um quadro social das gerações anteriores, não criado por ela. Nós vivemos no fim do século XX e, queiramos ou não, é dentro de certas condições que coexistimos e que cada um de nós, por suas ações ou omissões, dá sua contribuição para que se faça a história. Daí, porém, não se segue qualquer fatalidade.

Não que a categoria de inevitabilidade deva ser totalmente expurgada do pensamento historiográfico. Creio que, dentro de certos parâmetros, sobretudo no que se refere a conjunturas de curto prazo, podemos dizer que algo é inevitável quando se torna flagrante no curso dos acontecimentos. Sempre sob a condição de que não ocorra alguma coisa totalmente imprevisível.

Penso que o golpe de 1964, até talvez dezembro de 1963 ou janeiro de 1964, ainda não era inevitável. O exame dos acontecimentos daquela época, tanto do lado daqueles que foram apeados do poder com João Goulart e as alianças de esquerda que o apoiavam, como do lado da direita, revela esse fato. O golpe só seria evitado se a esquerda tivesse uma unidade e um poderio tão grandes que intimidasse a direita. Se as forças reformistas — aquelas que lutavam pelas reformas de base (a reforma agrária, a fiscal, a urbana e assim por diante) — tivessem uma coesão e uma superioridade muito significativas, talvez fosse possível que os setores adversários considerassem inadequado marchar para a aventura de um golpe.

Entretanto o golpe ocorreu, e daí foi fácil dizer que “era inevitável”. Surgiram relatos de seus protagonistas, desde o do general Mourão Filho, que foi o seu detonador, até os do governador Magalhães Pinto e outros, nos quais se autoatribuíam um exagerado papel naquele evento, sugerindo que o golpe decorreu de alto grau de articulação e que tudo ou quase tudo funcionou como se estivesse preestabelecido.

Isso não é verdade. Não se pode confiar nos depoimentos desses personagens ao pé da letra. Na realidade, houve muitos vaivéns. Em 1963, Jango tentou conciliar com as forças conservadoras, depois que recuperou os poderes presidencialistas, em janeiro daquele ano. Buscou implementar o Plano Trienal de Celso Furtado, conter as reivindicações salariais e reprimir as organizações populares. Entrou até mesmo em aventuras golpistas. Uma delas, em abril de 1963, conectada com um discurso que pronunciou em Marília, tentativa de golpe direitista que fracassou porque foi denunciada a tempo. Outra, a da decretação de estado de sítio em outubro de 1963, sua última tentativa que, também por falta de apoio, tanto à direita como à esquerda, foi anulada poucos dias depois.

Nesse período, de 1962 a 1963, as forças conservadoras esperaram para ver se Jango seria capaz de conter as forças populares e

dissolver o Comando Geral de Trabalhadores, atacar os sindicatos e discipliná-los e pôr ordem no quadro econômico em deterioração. No entanto, a partir de novembro de 1963, Goulart deu uma guinada e passou a se entender com as forças de esquerda, com o PCB em particular, germinando também uma ideia golpista. Essa inspiração golpista está visível nos documentos que temos à disposição. Jango se preparava francamente para o que se chama de continuísmo. Luís Carlos Prestes declarou, numa entrevista à televisão, em janeiro de 1964, que a Constituição deveria ser reformada para possibilitar a reeleição do presidente. Era um convite aberto ao golpe, nesse caso já com motivação esquerdista aparente.

Havia, pois, golpismo, não só da direita, mas também da esquerda. Jango pretendia, após o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março, continuar com uma série de comícios em outras capitais, apostando num crescendo da campanha pelas reformas de base, até que pudesse proclamar sua permanência no poder. Verificava-se, portanto, um vaivém; essa era a realidade concreta.

Mas, como historiadores — e Nelson Werneck chamou a atenção para isso —, precisamos separar sempre o principal do secundário. Aqui, cabe citar outra sentença de Marx: “Se a aparência fosse igual à essência, então a ciência seria desnecessária”. Se as coisas aparentes coincidissem com a essência dos fenômenos, então não haveria o que pesquisar, o que se visse já seria a verdade. No entanto, a realidade confirma a frase popular de que “as aparências enganam”.

Não vou entrar em detalhes, salientando apenas que o capitalismo brasileiro alcançou um grande ascenso durante o governo Kubitschek, graças, em boa parte, a consideráveis aportes de capital estrangeiro e a maciços investimentos estatais. Segue-se, em 1961-1962, um período de descenso próprio dos ciclos capitalistas. Em particular, nas condições brasileiras, com uma alta inflação, sem mecanismos de correção monetária. O Brasil não tinha uma economia tão diversificada como hoje, as exportações eram

modestas e a dívida externa pesava fortemente, embora fosse pequena em comparação com a atual.

Nesse quadro entra em crise a hegemonia burguesa de feição populista. Hegemonia instaurada por Getúlio Vargas, originando a liderança burguesa da classe operária através do PTB como partido e do populismo em geral. Liderança carismática sem intermediações, que se estabeleceu com Getúlio e prosseguiu, depois dele, nos governos de Juscelino e de Jango, herdeiro do espólio juscelinista.

Tudo isso no contexto internacional da Guerra Fria. Os EUA começaram a se afundar na Guerra do Vietnã. Houve, antes, a crise dos mísseis em Cuba, que também esquentou o clima internacional. Depois, veio o assassinato de Kennedy. Ou seja, uma série de fatos, sobretudo após a vitória da revolução cubana, contribuiu para que os americanos desenvolvessem uma “marcação homem a homem”. Assim sendo, eles jamais admitiriam que no Brasil se instaurasse um regime de esquerda, mesmo não sendo socialista.

Naquela época, somente alguns setores da esquerda, que não dispunham de influência de massas, falavam em implantação imediata do socialismo. O PCB e outras forças da esquerda não tinham essa ideia. Falava-se de um governo que aplicasse medidas de reforma agrária, de distribuição de renda, de construção de casas populares para os trabalhadores, enfim, medidas que também hoje estamos pleiteando, nas novas condições, dentro da legalidade constitucional.

A vitória das forças de esquerda, em 1964, teria grande influência na América Latina. Sem dúvida, o quadro latino-americano se modificaria se prevalecessem os partidos e as correntes políticas que lutavam pelas reformas de base, naquela ocasião: de Brizola a Arraes, do PCB aos militares.

Um fator inteiramente novo na conjuntura daquela época consistia na atuação política dos subalternos das Forças Armadas, com liderança própria e não dirigidos por oficiais. Foi a primeira

vez na história do Brasil que sargentos, marinheiros e soldados se apresentaram com reivindicações próprias, seja do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, como também das polícias militares. Isso provocou grande repercussão no meio da oficialidade das Forças Armadas. (A esse respeito, o único precedente relevante é o da célebre “Revolta da Chibata”, na Marinha, em 1910.)

Dentro desse contexto, portanto, as contradições se agravaram consideravelmente, apontando, de fato, para o golpe. Se não era inevitável, era extremamente provável. Não quero aqui mencionar toda a história republicana dos anos 1950 para cá; basta referir o seguinte: a renúncia de Jânio foi a antecipação do golpe de 1964. Esse ato do presidente Jânio Quadros pretendia o que os golpistas de 1964 obtiveram: poderes excepcionais que reduzissem as atribuições do Congresso e permitissem ao presidente governar de maneira autoritária.

Jânio fracassou em 1961, com a sua manobra de pernas curtas, mas deixou uma semente que iria germinar no golpe de 1964.

Aqui, devo fazer também outra observação. É uma ideia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão. Mourão Filho tomou a iniciativa de movimentar as tropas de Minas Gerais por conta própria, Castelo Branco ficou assustado, mandou até o recado para que se detivesse, não avançando de Juiz de Fora e de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a detonação do golpe provocou confusão entre os conspiradores. Salvou-os a capitulação precipitada de João Goulart.

Por conseguinte, também não corresponde à realidade a ideia de que os conspiradores golpistas possuíam planos perfeitamente elaborados para tudo. Talvez a elaboração mais avançada se encontre no âmbito da política econômica. A instituição chamada Ipes, dirigida por Golbery do Couto e Silva — general da reserva —, reunia grupos de intelectuais para examinar fatos da conjuntura e preparar, eventualmente, as medidas econômicas de um futuro governo direitista. Fixaram-se algumas ideias, logo

aplicadas pela dupla Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, respectivamente ministro do Planejamento e da Fazenda, nomeados por Castelo Branco. Aplicaram, naquela conjuntura de meados de 1964, um programa recessivo, com estímulo às exportações, ao arrocho salarial, à liberação dos aluguéis etc. A inflação caiu e, a partir de 1968, inicia-se um ciclo de ascenso na economia brasileira. Foi o único período, na história recente, em que a economia brasileira experimentou um ascenso vigoroso com inflação descendente, estendendo-se de 1968 até 1973.

Já do ponto de vista institucional-político, manifestaram-se as grandes divergências entre os conspiradores. Os líderes civis do golpe — Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros — ambicionavam todos a Presidência da República. Lacerda, ainda em outubro de 1964, foi escolhido pela convenção da UDN para candidato nas eleições presidenciais. Portanto, os udenistas apostavam em eleições em 1965, de acordo com a Constituição. Não tinham em vista uma ditadura militar, não era o projeto das mais importantes lideranças civis do golpe de 1964. Lacerda e Adhemar de Barros foram depois cassados. Entre os militares, no entanto, as posições também não se evidenciaram homogêneas.

A solução encontrada foi inédita na história do Brasil, porque tivemos, logo depois do golpe de 1964, a partir do Ato Institucional nº 1, a primeira ditadura militar brasileira, ao contrário de quase todos os países da América hispânica, que tiveram desde cedo ditaduras de generais golpistas, e, alguns, por muitos anos. Deodoro tentou estabelecer um governo autoritário, mas fracassou. Foi obrigado a renunciar. Floriano enfrentou revoltas armadas e governou com mão dura, mas, no fim de seu período de mandato, retirou-se, entregando o poder, embora de má vontade, a um presidente civil. O Estado Novo não foi uma ditadura militar, mas civil. Getúlio Vargas encarnava, em sua pessoa, a liderança carismática própria do populismo. Exerceu um poder ditatorial apoiado nas Forças Armadas — Góes Monteiro, Eurico Dutra etc. —, mas isso não chegou a caracterizar uma ditadura militar.

Pela primeira vez, com o golpe de 1964, as Forças Armadas, como instituição, assumem o poder. Aqui, não tivemos um caudilho militar para dirigir o país como um Pinochet ou um Vidella. Não tivemos ditadores militares do tipo de tantos que governaram a Argentina, a Venezuela, a Bolívia, o Equador e assim por diante. Nem mesmo um ditador, de certo modo, progressista, como o peruano Velasco Alvarado. No Brasil, o poder foi assumido, em 1964, pelas Forças Armadas, que institucionalizaram um processo de sucessão de presidentes da República escolhidos entre os pares do alto comando, de tal maneira que não houve lugar para um caudilho militar.

Talvez tal fato tenha facilitado a passagem da ditadura militar para a atual democracia. Esse procedimento certamente criou uma aparência de democracia, através da substituição ritual de presidentes da República. Mas esses, na verdade, eram ditadores. Algumas sucessões foram um tanto críticas, provocaram dissensões às vezes agudas no seio das Forças Armadas, mas acabaram se resolvendo dentro do alto comando sem maiores problemas, sem grandes rachaduras, até chegar ao último governo, o do general Figueiredo.

Essa também foi uma particularidade do pós-1964. Pela primeira vez, as Forças Armadas, enquanto instituição, sobretudo o Exército, assumiram o governo. Por que o Exército, por que as Forças Armadas? Havia militares que eram antigolpistas. O golpe começou botando para fora das fileiras das Forças Armadas algumas centenas de oficiais e sargentos. Havia, de fato, no meio dos oficiais das Forças Armadas, desde generais a tenentes, uma facção que era democrática, a favor das reformas de base. No entanto, ela se mostrou mais fraca, incapaz de resistir durante o golpe, e se deixou comandar por João Goulart, que não queria luta e evitou dar qualquer ordem de combate.

E, aqui, entro em uma outra questão. Repito, visto de perspectiva ampla, *o golpe não era inevitável*. Contudo, tornou-se inevitável na curta conjuntura dos dois ou três meses que o antecederam.

A derrota das correntes que a ele se opunham também não era inevitável. Os próprios golpistas do Rio ficaram surpresos com a iniciativa do general Olímpio Mourão, em Minas. Naquele momento, se houvesse um comando realmente combativo das forças que queriam as reformas de base, a ação de esquadrilhas de bombardeiros e de aviões de caça teria paralisado a coluna do general Mourão, que descia de Minas, dispersando aquela tropa, o que teria um efeito moral tremendo.

No dia 31, também, se os fuzileiros navais tivessem recebido ordens do almirante Aragão (que aguardava um sinal de Jango) e desencadeassem uma ação da tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, onde a defesa era muito precária, teria sido possível prender Lacerda, o que também provocaria um efeito moral de enorme importância em todo o Brasil. Mas isso não ocorreu. A operação *Brother Sam*, organizada pelos americanos no Caribe e composta de uma força naval que viria ao Brasil trazendo armas, munições e outros meios materiais para os golpistas, ainda levaria 10 a 12 dias para chegar. Era o tempo para organizar uma grande recepção a essas forças e desenvolver a resistência. Os americanos já estavam se enterrando na Guerra do Vietnã. Não seria fácil, portanto, ocupar-se ao mesmo tempo de “dois Vietnãs”. Eles foram derrotados na Ásia, seriam derrotados aqui também na América do Sul.

Por conseguinte, a derrota das forças que queriam reformas no Brasil também não era inevitável. Ocorreu devido às divisões das forças democráticas e nacionalistas. As lutas internas, as desarticulações, as ambições de Brizola e de Jango e as vacilações do PCB, que se atrelou a Jango e a seu projeto de golpe por meio de Prestes e de Giocondo Dias — tudo isso debilitou a frente popular. Em biografia recentemente publicada, escrita por João Falcão, do qual sou amigo, Dias aparece quase como um santo. Ao contrário do que afirma Falcão, Dias estava inserido no plano golpista de Jango. E testemunho isso como membro do Comitê Central

do PCB naquela época. Sem falar em Prestes, Giocondo era mais comedido, mais realista, porém também estava envolvido.

Foram esses fatores que levaram, afinal, à derrota das forças de esquerda. Não que fosse uma derrota inevitável.

Para concluir, quero apenas dizer, com muita brevidade, que a situação de hoje não deve ser identificada com a de 1964. Embora o Brasil não tenha sofrido mudanças profundas, hoje é um outro país, com uma população e uma economia muito maiores. A economia é também mais complexa e diversificada. As relações com o exterior são diferentes, não há o quadro da Guerra Fria, o mundo está vivendo uma terceira revolução tecnológica que, obviamente, repercute aqui dentro de maneira muito forte. Estamos envolvidos com outros fatores sociais; mal recuperamos as franquias democráticas e o Estado de direito, infelizmente, é decepcionante.

Para a grande massa da população, a situação da vida cotidiana hoje é pior que no tempo dos militares. Ouve-se, em filas de supermercados e de bancos, a frase de que “no tempo dos militares era melhor”. E era melhor mesmo, mas não por mérito dos militares. Afinal de contas, o que hoje existe é herança daquele regime — a inflação é uma herança de Delfim Netto, a dívida externa foi formada durante os governos militares. Mas, se tais fatores atuaram antes, seus efeitos estão pesando agora e, queiramos ou não, precisamos reconhecê-lo.

Os congressos legislativos, que surgiram depois de 1985, e os presidentes que nos governaram — Sarney, Collor e Itamar — têm sido lamentáveis e decepcionantes. No plano da economia e da administração pública, agravaram consideravelmente a herança da ditadura militar ao invés de anular tão nefasta herança. Para o raciocínio popular, que não possui erudição sociológica nem historiográfica, a conclusão é muito simples: antes havia ordem e nós tínhamos alguma coisa que nos sustentava e protegia. Não havia tanto desemprego, tanta corrupção, enfim, tudo o que há de podre e deteriorado nos dias atuais.

Mas, em que pese esse estado psicossocial que é evidente, seja qual for a orientação política que cada um de nós tenha ou o apoio que qualquer um dos presentes dê a este ou aquele partido, penso — e aí quero concluir com o que disse o meu predecessor Nelson Werneck Sodré — ser indispensável que defendamos a democracia, as franquias democráticas, as liberdades democráticas. Procuremos uma saída democrática!

O COLAPSO DA RESISTÊNCIA MILITAR
AO GOLPE DE 1964

João Quartim de Moraes

Resistência a golpes militares: Uma análise comparativa

Por que não houve resistência ao golpe de 1964? A pergunta ocorre imediatamente aos que interrogam os acontecimentos de março a abril daquele ano. O presente estudo visa discuti-la e aprofundá-la.

Outra maneira imediata de formular a mesma questão é perguntar *se o golpe de 1964 era inevitável*. Sob essa forma, a questão acentua os fatores econômicos e os interesses sociais em confronto no Brasil de então. A discussão tende, assim, a girar em torno da avaliação do peso determinante desses fatores, de maneira a discernir, na trama do processo histórico, a margem de responsabilidade dos vencidos na derrota que não foi apenas deles, mas de todos os democratas e de todos os trabalhadores brasileiros. Obviamente, cumpre descartar de imediato, por demasiado simplista, a opinião que podemos caracterizar como fatalismo vulgar, ou previsão retrospectiva. Mencionamo-la apenas porque encobre, atrás de seu simplismo, uma questão de fundo. Há sempre, na dinâmica dos processos históricos, um momento em que determinada tendência assume a força de uma irresistível avalanche. O interesse está em determinar quando e como ocorreu essa “decisão” objetiva.

A questão inicial exige outro esclarecimento. Quem resiste a um golpe espera derrotá-lo. A história registra resistências ditadas pelo heroísmo em que a esperança de sucesso era praticamente nula. Não longe de nós, no tempo e no espaço, o presidente chileno Salvador Allende, ao morrer sob as bombas do golpe militar fascista comandado pelo sinistro Pinochet, escreveu com o próprio sangue uma página de grandeza moral que honrou a causa da democracia e do socialismo, em nome da qual disputara e vencera as eleições de 1970. Evidentemente, teria sido muito melhor para o Chile e para a humanidade se não tivesse sido reduzido a tão trágica extremidade. Tal constatação, de um lado, nos remete de volta à questão anterior: como e quando a derrota do governo de unidade popular tornou-se inexorável? De outro lado, aponta para a questão presente: qual o sentido da resistência? Para Allende e para os que com ele morreram, a 11 de setembro de 1973, no bombardeio do palácio presidencial de La Moneda, o sacrifício supremo teve valor de exemplo: com os fascistas, a luta é de vida ou morte, antes morrer que aceitá-los. Mas para os milhares de operários, estudantes, camponeses, intelectuais que durante alguns dias resistiram de armas na mão ao golpe militar-fascista, havia esperança se não de uma vitória imediata, ao menos de prolongar a resistência na perspectiva de impedir a consolidação da ditadura. A esperança frustrou-se: alguns bolsões de operários e estudantes enfrentaram durante vários dias as forças golpistas. Cercados, foram aniquilados um a um.

Se, portanto, houve resistência ao golpe no Chile, não houve, em momento algum, qualquer perspectiva de resistir *com sucesso*. Vale insistir em que não é indiferente, para a moral de uma causa, que seu máximo dirigente e seus mais corajosos militantes tenham preferido morrer a capitular. Entre o ora indeciso, ora abúlico João Goulart e o heroico Salvador Allende, o contraste é gritante. Mas, para o povo e para a sociedade chilena, suportar a ditadura odiosa de Pinochet foi uma desgraça tão grande quanto a de suportar, no Brasil, o “ciclo dos generais”.

Por isso, a questão politicamente decisiva concerne à possibilidade (nos casos referidos, à impossibilidade) de resistir com sucesso ao golpe militar. Já vimos que a impossibilidade não é absoluta, mas historicamente determinada: por hipótese, houve um momento em que a vitória dos golpistas se tornou inelutável. Cabe à historiografia política detectar esse momento, isto é, o momento em que a correlação de forças se tornou a tal ponto desfavorável à resistência que esta se viu acuada ao duro dilema de capitular sem glória ou ser heroicamente massacrada.

Dentre os exemplos de resistência vitoriosa a golpes militares, dois são especialmente significativos: a) o chamado *putsch Kapp*, desferido pelo general alemão portador desse nome, que pretendeu resolver pelo método prussiano a “questão social” na nascente República de Weimar, foi completamente esvaziado, a 13 de setembro de 1920, por uma greve geral que paralisou completamente o país, inclusive e principalmente seu sistema de transportes ferroviários; b) A resistência popular que, em Madri, Barcelona, nas Astúrias e em várias outras regiões da Espanha, desbaratou os golpistas e só não logrou salvar a causa da democracia e da República porque Hitler e Mussolini prestaram constante e maciço apoio militar a seus correligionários franquistas, enquanto as potências liberais ocidentais, sob o pretexto hipócrita da “não intervenção”, impediram o governo legal e legítimo da Espanha de adquirir no exterior as armas de que carecia para defender a liberdade.

Fazer comparações históricas é fácil. Mais difícil é fazer comparações pertinentes. Do *putsch Kapp* não há conclusões a extrair para o caso brasileiro. Uma quartelada mal preparada, desferida com um Exército gravemente abatido pela derrota de 1914-1918, fracassou canhestamente diante de um movimento operário que, embora dilacerado pela ruptura entre social-democratas e comunistas, dispunha de longa e larga experiência de organização sindical. Nada que se assemelhe ao golpe de 1964.

Já na Espanha de 1936, há semelhanças notáveis. Do lado dos golpistas, sobretudo. Prepararam-se meticulosamente: o general Franco, cuja fama de carniceiro quando da repressão da greve geral nas Astúrias em 1934 lhe assegurou a confiança do comando civil do golpe, fez depositar grande soma de dinheiro num banco inglês para manter bom padrão de vida caso a sublevação fracassasse. O apoio civil ao golpe foi tão decisivo quanto o seria no Brasil de 1964 e no Chile de 1973. Evidentemente, em cada caso, as formas de organização e de ação da direita eram diferentes, mas em todos ela pesou decisivamente no curso dos acontecimentos. Já o apoio externo foi muito mais importante no golpe de Franco que nos de Castelo Branco e Pinochet. No Chile, a intervenção foi mais policial que militar: o auxílio de fora para a subversão reacionária interna foi, como se sabe, proporcionado pela CIA. No Brasil, *ele poderia ter sido* tão grande ou maior ainda que na Espanha. Embora ainda haja sicofantas que o neguem, o deslocamento para o Brasil de algumas das mais aguerridas unidades da esquadra norte-americana está provado até em documentos oficiais do arquivo do presidente Lyndon Johnson, que confirmam o desencadeamento, às 15 horas e 30 minutos de 31 de março de 1964, da operação *Brother Sam*, tendo por objetivo fornecer aos golpistas o carregamento de quatro petroleiros gigantes, bem como 110 toneladas de armas e munições, a serem transportadas por aviões militares. Incluía também — e sobretudo — o envio de uma *fast carrier task group* da qual fazia parte o porta-aviões *Forrestal*. O sucesso fulminante do golpe de 31 de março tornou desnecessária essa expedição colonial-fascista.

Do lado dos golpeados, entretanto, a comparação entre Espanha e Brasil oferece, sobretudo, contrastes. O maior deles está na forte e decidida resposta dos sindicatos e das forças democráticas espanholas, que, sem esperar iniciativas governamentais, encarregaram-se, com amplo, embora não generalizado, sucesso, de enfrentar na rua e até invadindo quartéis a sedição militar-fascista. No Brasil, como se sabe, a greve geral anunciada pelos dirigentes

sindicais em caso de golpe fracassou melancolicamente. No que concerne à resistência militar ao golpe, o contraste é menor. Como no Brasil, houve na Espanha uma parcela, minoritária mas não insignificante, de militares que permaneceram leais à República e à democracia. Mas muito dificilmente teriam logrado esmagar a sedição militar-fascista se o próprio povo não tivesse tomado a iniciativa de enfrentá-la. Como esse é o ponto nevrálgico de toda e qualquer resistência democrática a um golpe liberticida, parece-nos valer a pena examiná-lo mais de perto.

O golpe militar na Espanha, seja notado desde logo, foi desfechado e conduzido com uma carga de violência e ódio muito mais forte que o de 1964 no Brasil. Para não nos alongarmos na descrição das atrocidades cometidas desde o início pelos golpistas, lembremos somente que a regra foi fuzilar em massa os militantes de esquerda, até mesmo os que sequer esboçaram um gesto de resistência. O caso de Lorca foi típico, nesse sentido. O prestígio internacional de que dispunha, como um dos maiores poetas espanhóis de todos os tempos, longe de protegê-lo da sanha assassina dos fascistas, espicaçou-a.

Do lado da resistência antigolpista tampouco faltaram execuções sumárias, mas se pode, com toda objetividade histórica, afirmar que não assumiram o caráter de execuções em massa, como as efetuadas pela sedição militar-fascista. De qualquer modo, o sucesso da resistência pode ser avaliado com precisão na carta político-militar da Espanha, uma semana após o desencadeamento do golpe, iniciado na tarde de 17 de julho de 1936. (O prazo de uma semana significa, obviamente, o tempo histórico do golpe. A partir daí, começou a guerra civil.) Os dados mais relevantes dessa carta, ou, se preferirmos, dessa fotografia da situação político-militar tal como se configurou em torno de 23 a 24 de julho, são os seguintes:

- a) 21 capitais de províncias, incluindo as regiões mais industrializadas do país, estavam sob controle do governo republicano;

- 29 capitais de províncias, além das colônias e do “protetorado” marroquino, nas mãos da sedição fascista;
- b) o território sob controle republicano atingia cerca de 270 mil quilômetros quadrados, enquanto os sublevados controlavam cerca de 230 mil;
- c) a população do território sob controle republicano era de cerca de 14 milhões de pessoas, enquanto cerca de 10,6 milhões viviam nas zonas ocupadas pelos sublevados (sem contar a população das colônias).

A conclusão é clara. O golpe de Estado, enquanto conspiração político-militar visando tomar o poder por um ato de força fulminante, havia fracassado. Não havia fracassado completamente, como o *putsch* do general Kapp. Se tivesse, teria poupado à Espanha uma atroz guerra civil e o imenso retrocesso histórico de quatro décadas de ditadura franquista.

Falamos em fracasso do golpe e, portanto, em sucesso da resistência ao golpe, relativamente ao *projeto* dos golpistas, que pretendiam resolver a questão do poder na Espanha não por meio de uma longa e terrível guerra civil (cujo resultado permaneceu incerto até a asfixia final da causa republicana graças à intervenção maciça de Hitler e Mussolini e à hipócrita neutralidade da Inglaterra e da França), e sim pelo aniquilamento, no curto tempo histórico de um golpe, de toda e qualquer resistência.

É difícil saber se a experiência espanhola esteve presente no espírito dos conspiradores brasileiros de 1964. Considerando seu nível cultural médio, parece pouco provável que tenham meditado profundamente sobre os antecedentes históricos do golpe que preparavam. Não há, entretanto, dúvida nenhuma de que levaram muito a sério a possibilidade de um sucesso (e, portanto, de um insucesso) parcial. Tinham, em todo caso, fresca na memória a experiência de 1961, quando a tentativa de impedir, mediante um pronunciamento militar, a posse do vice-presidente João Goulart frustrou-se a partir da resistência organizada no Rio

Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola, apoiado pelo III Exército lá sediado.

São de domínio público, como já lembramos, as articulações dos conspiradores com a embaixada norte-americana, a CIA e o Pentágono. Dentre os muitos documentos que comprovam tais articulações, um telegrama da CIA ao governo dos Estados Unidos é particularmente significativo, tanto pela data quanto pelo conteúdo. Enviado a 12 de abril de 1963, um ano antes do golpe, portanto, descreve o armamento de que necessitarão os golpistas “nos dez dias seguintes ao desencadeamento da ação” e sugere que o governo norte-americano “poderia fornecer uma parte deste equipamento”¹. Outro telegrama, enviado ao mesmo destinatário pela mesma agência de espionagem a 30 de abril (menos de três semanas depois, portanto), anuncia que o primeiro objetivo do golpe em preparação seria derrubar Goulart, pondo em seu lugar um “presidente provisório”, mero “boneco controlado”, “provavelmente Ranieri Mazzili, presidente da Câmara de Deputados”. Esse é o nome preferido pelo general Mourão (fascista impenitente e conspirador crônico), embora, prossegue o telegrama, “não seja esta a escolha do almirante Sílvio Heck”².

Dos dois telegramas infere-se que a CIA, em estreito contato com a conspiração militar, tanto assim que conhecia até divergências em torno de quem seria o boneco de molas a ser sentado na cadeira presidencial, previu com um ano de antecedência a possibilidade de uma guerra civil e preconizou o envio de material bélico para os sediciosos.

Na medida em que não chegou a se concretizar na forma de intervenção militar direta, a participação norte-americana no golpe de 1964 interessa apenas lateralmente à presente exposição. Concerne-nos, porém, mais de perto, o encorajamento que a certeza desse auxílio, se necessário, trouxe aos conspiradores. Vale lembrar a esse respeito que, em depoimento a um jornalista, Carlos Lacerda, evocando sua participação (decisiva, como se sabe) na articulação do golpe de 1964, admitiu que Magalhães Pinto, na

dupla qualidade de governador de Minas Gerais e, ao lado do próprio Lacerda, de chefe civil da conspiração golpista, havia mantido negociações visando obter armas e apoio diplomático dos Estados Unidos³. Magalhães Pinto, também em declaração à imprensa, havia reconhecido, até por serem evidentes seus contatos com a embaixada norte-americana, negando, entretanto (mas só os muito ingênuos poderiam levá-lo a sério), ter pedido armas a seus interlocutores estrangeiros⁴.

Vale lembrar, enfim, que a participação norte-americana na conspiração e na preparação do golpe está amplamente documentada no livro de Phylis Parker, inteiramente consagrado ao tema, bem como em trabalhos de Luiz Alberto Moniz Bandeira⁵.

Por que não houve resistência militar ao golpe?

Colocada à luz das considerações precedentes, a questão poderia significar tanto “por que não houve resistência militar eficaz ao golpe?” quanto “por que não houve nenhuma espécie de resistência militar ao golpe?”. Se o primeiro significado dispensa comentários, já que o fato pressuposto no enunciado (não houve resistência eficaz) é absolutamente incontestável, o segundo merece algum esclarecimento. Não houve, com efeito, atos bélicos de resistência: os golpistas não precisaram combater para triunfar. Houve, porém, uma tentativa séria de organizar a resistência militar, a empreendida pelo general Ladário Teles. Nomeado *in extremis* comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, Ladário tentou, com firme determinação (que faltou à grande maioria dos demais chefes militares antigolpistas), estabelecer no sul do país a base territorial da resistência ao golpe. Ainda noite e na madrugada de 1 para 2 de abril de 1964, ele insistiu, com o apoio de Brizola, em persuadir Goulart, que chegara a Porto Alegre após haver deixado Brasília às pressas, a aceitar a luta. Só depois de reiteradas recusas por parte do presidente, que já aceitara

a derrota e a deposição, Ladário considerou inútil prosseguir em seu corajoso esforço e inclinou-se diante do fato consumado⁶.

Embora isolado, esse gesto, por partir de quem partiu (ninguém pôs em dúvida a determinação de Ladário de passar das palavras aos atos, desde que autorizado pelo presidente), constitui a prova histórica de que, se não houve nenhum *ato* de resistência militar ao golpe, foi por decisão, aliás claramente assumida, da única autoridade à qual, na já moribunda legalidade constitucional, Ladário devia obediência, isto é, o presidente João Goulart.

Não é, portanto, gratuita a suposição de que, se no interior do chamado “dispositivo militar” de sustentação do governo Goulart, tivessem sido tomadas atitudes semelhantes à de Ladário, o curso dos acontecimentos teria sido diferente. Goulart era hesitante, mas não covarde. Tanto assim que se recusou, repetidas vezes, a ceder às pressões de chefes militares como o general Peri Beviláqua, então à frente do Estado-Maior das Forças Armadas, e o general Amauri Krueel, comandante do II Exército (com sede em São Paulo), que, a 31 de março, quando as forças sediciosas do general Mourão Filho já avançavam em direção ao Rio de Janeiro, ofereceram-se para servir de mediadores “desde que Goulart se comprometesse a proibir a greve geral anunciada [...], intervir nos sindicatos, governar com os partidos políticos, não com o CGT, apoiando-se nas Forças Armadas”⁷.

Ladário não foi o único general fiel à legalidade democrática que tomou iniciativas decisivas no sentido de organizar a resistência militar ao golpe. Embora colocado num escalão inferior de comando (o da Infantaria Divisionária da II Divisão de Infantaria, com sede em Caçapava, São Paulo), o general Euríalo Zerbini cumpriu sem hesitações nem reservas mentais seu dever de oficial fiel à legalidade republicana. Informado em São Paulo, na tarde de 31 de março, de que o general Krueel, a quem estava subordinado, dispunha-se a aderir ao golpe, procurou seu superior imediato, o general Aluísio Mendes, que lhe assegurou estar decidido a defender o governo legítimo e até mesmo a prender o general

Kruel, se ele de fato confirmasse sua adesão ao golpe. Zerbini seguiu, então, para seu QG em Caçapava e, logo ao chegar, contactou os oficiais sob seu comando para tomar o pulso da situação. Constatou haver condições para defender o setor sob sua responsabilidade, mas não de enfrentar o grosso do II Exército se este, com Kruel à frente, aderisse à causa sediciosa. Às 22 horas e 30 minutos, ao conseguir se comunicar com o general Aluísio Mendes em São Paulo, recebeu deste a informação de que “a situação mudara” e que Kruel o convocava em São Paulo. Obviamente, a principal mudança na situação militar do II Exército era que, tendo este, por meio de seu comandante, aderido ao golpe, o general Aluísio Mendes inclinara-se diante do fato consumado, abandonando qualquer veleidade de resistência.

Longe de se deixar contagiar pelo mau exemplo de seu interlocutor, Zerbini, em contato com o chefe da Casa Militar do presidente, general Assis Brasil, informou-o de que controlava a situação em sua área, mas sem reforços do Rio de Janeiro não poderia deter o ataque de Kruel. Assis Brasil prometeu-lhe enviar o grupamento de Unidades Escolas e um batalhão de carros blindados. Às 23 horas e 30 minutos, recebeu um telefonema do próprio João Goulart, que confirmou o envio urgente do reforço prometido por Assis Brasil. A promessa não foi cumprida. Ao longo da madrugada, o vírus adesista alastrou-se pelas forças de que Zerbini pensava dispor. Na manhã de 1º de abril, já na condição de general sem tropa, dirigiu-se para a Academia Militar de Resende, onde, diante de cerca de 200 oficiais, o comandante do I Exército, general Moraes Âncora, disse-lhe que, estando “acéfalo” o governo, nada mais havia a fazer. Zerbini tentou ainda, de São Paulo, para onde retornara, tomar um avião que o conduzisse ao Rio Grande do Sul: tendo tido notícia de que Ladário se dispunha a resistir à frente do III Exército, tratou de juntar-se a ele. Não conseguiu. Foi juntar-se, a 4 de abril, aos presos do Forte de Copacabana⁸.

Dignas, corajosas, mas raras, atitudes como as de Ladário e Zerbini contrastaram com a — em muitos casos também digna,

mas passiva e resignada — atitude da maioria dos oficiais legalistas. A passividade de mais graves consequências ocorreu perto da divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, na noite de 31 de março. No final da tarde, as forças golpistas do general Mourão Filho, com um sentido ofensivo de que tanto careciam os legalistas, haviam atravessado o Rio Paraibuna, penetrando em território fluminense. Compunham-se de quatro batalhões de infantaria, cerca de 2.500 combatentes, de dois grupos de artilharia e unidades menores, perfazendo um total de cerca de 4 mil homens. Seguiam-nas 12 batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais com cerca de 18 mil homens. Caía a noite quando a vanguarda de Mourão deparou com patrulhas do 1º Batalhão de Caçadores, de Petrópolis, que constituía a vanguarda das forças do I Exército, enviado por comandante, o general Moraes Âncora, para deter os sediciosos. Eram forças respeitáveis, compostas de dois regimentos de infantaria e de um grupo de obuses, num total de cerca de 5 mil combatentes bem armados. Em termos estritamente militares, não teriam grandes dificuldades para obrigar os sediciosos a recuar tão rapidamente quanto haviam avançado.

Não foi, entretanto, em termos puramente militares que o conflito se decidiu. Embora vulgar, a expressão “guerra da saliva”, utilizada mais tarde para descrever o episódio, é pertinente. Logo no primeiro contato entre o 1º B. C. de Petrópolis e as forças de Mourão, um tenente daquele batalhão bandeou-se para os golpistas. Deserção sintomática, cujo caráter epidêmico revelar-se-ia algumas horas depois, quando as forças do I Exército, comandadas pelo general Cunha Melo, chegaram à altura de Três Rios, a poucos quilômetros das posições dos golpistas. Na cidade, um moço, em trajes civis, apresentou-se ao coronel Raimundo Ferreira de Souza, comandante do 1º Regimento de Infantaria (dito “Regimento Sampaio”), uma das tropas mais aguerridas do Exército brasileiro. Filho do coronel João Batista da Costa, que fazia parte do Estado-Maior do general Mourão, pediu ao coronel Raimundo que entrasse em contato telefônico com seu pai, que esta-

va em Juiz de Fora. O simples fato de aceitar a proposta revelava pouca disposição em combater. Ela se tornou menor ainda quando, do outro lado do fio, em vez da voz do coronel João Batista, o coronel Raimundo ouviu a do marechal Odílio Denis, patriarca da conspiração golpista: “Você está contra mim, Raimundo?”.

Se ainda estivesse, deixou de estar no ato. O poderoso Regimento Sampaio bandeou-se com armas e bagagens para o lado do golpe, seguindo seu comandante. Desfalcado do melhor de suas forças, o general Cunha Melo retrocedeu para Areal. Só lhe restava negociar sua rendição. Tanto ele, comandante do teatro de operações, quanto Moraes Âncora, chefe do I Exército, rimaram lealdade com passividade. Não mudaram de barricada durante a “guerra da saliva”. Mas a indecisão que mostraram desde o início das operações encorajou as deserções espontâneas e facilitou as estimuladas pelos adversários. Basta notar que o 1º B. C. de Petrópolis, vanguarda do I Exército, havia recebido instruções para não disparar o primeiro tiro e autorização para recuar.

No Rio de Janeiro, em vez da “guerra de saliva”, houve uma batalha de fantasmas, produzidos pela convergência objetiva da fanfarronice de dois exibicionistas, um de direita, outro de esquerda, respectivamente o governador Carlos Lacerda, cujo anti-comunismo doentio costumava se expressar em frequentes surtos histérico-paranoicos, e o contra-almirante Aragão, que, à frente dos fuzileiros navais, criara fama de revolucionário duro e intransigente. Vivera, durante a semana que precedeu o golpe, seu maior momento de glória: aclamado como herói pelos marinheiros e fuzileiros anistiados por Goulart após os dramáticos episódios ocorridos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos¹⁰, parecia destinado a um papel decisivo no enfrentamento desencadeado a 31 de março. Lacerda e seus amigos davam como provável uma fulminante investida de Aragão, à frente de fuzileiros e marinheiros, contra o Palácio da Guanabara, onde se entrincheirou desde o início do golpe. Numa atmosfera confusa de fortaleza cercada, centenas de voluntários, militares e civis, provindos da fina flor da

direita carioca, esperaram, ao lado do governador fantasiado de guerrilheiro, metralhadora em punho, o ataque anunciado. Ninguém os incomodou.

Se o grau de responsabilidade é proporcional à importância do cargo, o maior responsável militar pela paralisia e pelo desmoroamento do dispositivo legalista nas Forças Armadas foi o general Argemiro de Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência. Como Goulart, manteve um irresponsável otimismo que chegou ao burlesco no episódio da deposição de Arraes pelo IV Exército. Ao oficial que lhe deu voz de prisão, dizendo-lhe para se recolher à sua residência, o governador de Pernambuco respondeu: “Não tenho casa. Moro no Palácio”. Intimado a nele permanecer até segunda ordem, Arraes telefonou para Brasília e ouviu de Assis Brasil lapidar conselho: “Resista, governador, porque estamos vencendo em todas as frentes”¹¹.

Sem dúvida, a intervenção cirúrgica a que fora submetido o general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra (estava ainda hospitalizado quando eclodiu o movimento golpista), contribuiu para desarticular a cúpula militar do governo. Tanto mais que o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, estava participando discreta, mas ativamente das articulações sediciosas¹². Mas a demora em destituí-lo¹³ foi de exclusiva responsabilidade de Goulart e de Assis Brasil. Este, correndo sempre atrás dos acontecimentos e chegando sempre atrasado, travou, já nos estertores de seu melancólico desempenho (por volta das 14 horas do dia 1º de abril, no Rio de Janeiro), o seguinte diálogo, curto mas patético, com o general Moraes Âncora:

— General, está tudo perdido?

— Está tudo perdido. Não há mais nada a fazer — responde Âncora.

— E o III Exército no Rio Grande do Sul? — indaga Assis Brasil.

— O III Exército está em deliquescência¹⁴.

Causas políticas da vitória dos golpistas

O relato das manobras militares de 31 de março a 2 de abril de 1964 mostra claramente que, nas fileiras legalistas, a vontade de resistir foi exceção, e a indecisão, logo transformada em apatia, a regra. No conjunto, portanto, as forças antigolpistas partiram de moral baixa para o confronto. Não somente, de resto, os militares, mas também os sindicatos e as forças de esquerda em geral. Donde a hipótese, sustentada inclusive por alguns dos mais sérios e respeitáveis protagonistas e analistas do campo antigolpista, de que este estava politicamente derrotado antes mesmo de os generais Mourão e Guedes, secundados pelo governador Magalhães Pinto, iniciarem o golpe em Minas Gerais.

A discussão sobre a inevitabilidade do golpe travada no IFCH-Unicamp com uma perspectiva histórica de 30 anos concentrou-se, como assinalamos logo no início deste estudo, nos fatores econômicos e sociais que fizeram pender para o lado dos golpistas a correlação política de forças no Brasil de então. Particularmente significativa — e, parece-nos, equilibrada — foi a opinião sustentada por Nelson Werneck Sodré. Retomou-a em artigo publicado em *Carta*, do qual reproduzimos a conclusão relativa às causas da paralisia dos militares antigolpistas:

A ausência de resistência militar por parte do governo surpreendeu os próprios empreiteiros do golpe. Na verdade, Goulart dispunha de elementos militares suficientes para a resistência. Se tal resistência — face à presença dos heróis da *Brother Sam* — teria sido suficiente, teria condições de deter o golpe, é outro problema. O que paralisou a ação das forças militares de que o governo dispunha foi, justamente, a prévia derrota política das forças populares que apoiavam o governo [...]. Daí o fato de que o golpe foi político, embora operado por forças militares.

Lembrando que de 1945 em diante as intervenções políticas das Forças Armadas foram inspiradas pelos partidos reacionários derrotados nas urnas, acrescenta:

Devidamente dopados pelo anticomunismo e pela ação maciça da mídia, os militares faziam sempre o serviço que lhes era solicitado. Jejuos em política, alimentados pela propaganda, supunham que estavam mesmo salvando *Deus, a Pátria e a Família*, nada menos que isso¹⁵.

Especialmente relevante para nossa questão é a afirmação de que Goulart dispunha de meios militares de resistência. O exame da correlação militar de forças às vésperas do desencadeamento do golpe confirma-o claramente. Não somente o I e o III Exércitos permaneceram sob o controle dos oficiais legalistas (o II Exército, como vimos, só balançou para o lado do golpe na noite de 31 de março), mas também na Força Aérea havia muitos oficiais decididos a resistir. Mesmo na Marinha, onde, como consequência da crise provocada pela mobilização dos marinheiros e dos fuzileiros navais, a motivação golpista da oficialidade estava especialmente exacerbada, o ministro Paulo Mário, secundado por um grupo de oficiais “que fizeram a difícil opção de colocar-se em antagonismo à grande maioria dos de sua classe”¹⁶, defendeu com dignidade e firmeza a causa da legalidade.

Entretanto — e esta é a tese fundamental da explicação de Sodré —, a correlação política de forças na sociedade brasileira havia se tornado tão favorável aos golpistas que já não mais podia ser contrabalançada pelos meios militares de que dispunha a resistência. Não teria sido a desproporção militar e sim a desproporção política de forças o fator decisivo para o fulminante sucesso do golpe. Enquanto linha geral de interpretação, a tese nos parece justa, mas para aquilatar seu grau de pertinência explicativa é indispensável desdobrá-la em questões mais específicas, como de resto sugere o próprio Werneck Sodré ao lembrar a influência dos meios de comunicação e das marchas da “Família com Deus pela Liberdade” sobre a oficialidade.

O exame da correlação política de forças às vésperas do golpe deve, com efeito, levar em conta as diferentes frentes em que se desenvolvia o confronto, notadamente a luta de massas. Na falta

de um estudo minucioso e aprofundado sobre os movimentos e tendências da opinião pública, devemos nos ater às suas manifestações mais evidentes: as marchas da “Família” promovidas pelos golpistas e o comício de 13 de março no Rio de Janeiro, a favor das reformas de base propostas pelo governo. Foi esta a mais notável manifestação de massa da esquerda na conjuntura do golpe. Reuniu uma multidão calculada entre 150 e 200 mil pessoas. No palanque, ao lado de Goulart, estava o cunhado Brizola, bem como dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), membros do governo e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

A direita replicou, no dia 19 de março, em São Paulo. Cerca de meio milhão de manifestantes votaram com os pés, em nome de Deus, da Família e da Liberdade, a favor do golpe liberticida. À frente da gigantesca passeata reacionária estava o folclórico governador Adhemar de Barros, trocando momentaneamente seu estilo cínico e debochado (lapidarmente expresso na fórmula “rouba, mas faz”) pela postura compungida de sacristão improvisado. Marchas semelhantes estavam programadas para outros grandes centros urbanos. O golpe veio antes, transformando a mobilização da direita em desfiles de triunfo. Ela provaria, de qualquer modo, antes do 31 de março, que podia pôr na rua muito mais gente que a esquerda.

A superioridade da mobilização reacionária de massas sobre a das forças progressistas resultou de um enorme esforço de organização exaustivamente documentado e analisado em *1964: A conquista do Estado*, de René Dreifuss. Publicado em 1981, o livro, inicialmente redigido em inglês como tese de doutorado, apoia-se nos arquivos, até então inéditos, do discretamente intitulado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), na verdade uma vasta organização política do patronato, dirigida por um estado-maior composto de plutocratas e prepostos de alto nível, formando a cúpula do aparelho ideológico do capital no Brasil de então. O livro de Dreifuss é suficientemente conhecido para nos dispensar de

resumir aqui suas conclusões. Importa-nos ressaltar apenas as que concernem mais diretamente ao exame da tese de Werneck Sodré.

A mais notável é a de que o Ipes constituiu o principal centro da articulação golpista. De seu núcleo dirigente participou desde o início o general Golbery do Couto e Silva, que, com zelo metódico e eficiente, contribuiu decisivamente para a montagem de uma tentacular rede conspirativa, da qual as atividades de “pesquisas e estudos” constituíam apenas a fachada. Além do patronato industrial e financeiro, a rede envolveu a hierarquia da Igreja católica na época com posições virulentamente reacionárias (e sobretudo a das Forças Armadas que, contrariamente à Igreja, estavam na época profundamente divididas, o que só aumentava a importância de articular sua ala direita na perspectiva do golpe).

Dreifuss, em seu livro, caracteriza o Ipes como “elite orgânica na burguesia multinacional e associada”. Como qualquer outra fórmula definitiva, esta se apoia em uma visão teórica, no caso em uma determinada análise da sociedade brasileira, que pode ser mais ou menos pertinente e adequada, mas que, de qualquer modo, é exposta clara e cuidadosamente pelo autor. Foge a nosso escopo discuti-la enquanto tal. Importa aqui, tão somente, enfatizar a relevância da noção de organicidade para a compreensão da dinâmica política que fez pender para o lado do golpe a correlação de forças. Cabe notar, nesse sentido, que nem o Ipes, nem o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), organização com objetivos próximos ao do Ipes e que com ele acabou se fundindo na prática (Dreifuss se refere ao “complexo Ipes-Ibad”), foram criados na perspectiva imediata de preparar um golpe de Estado. O Ipes foi oficialmente criado a 29 de novembro de 1961, dois meses após o fracasso da tentativa de impedir a posse de João Goulart em substituição a Jânio Quadros. Tal proximidade cronológica sugere, de um lado, que as precondições orgânicas para a institucionalização de um núcleo dirigente da burguesia industrial e financeira estavam reunidas desde antes: não se forja uma vanguarda de classe, mesmo tratando-se de uma classe dominante,

em tão curto espaço de tempo¹⁷. De outro lado, porém, é incontestável o vínculo de causa e efeito entre o insucesso da manobra golpista para impedir que um vice-presidente “populista”, “sociólogo” que, no caso, significa “ligado aos sindicatos e partidos de esquerda”, assumisse a Presidência em face da renúncia do titular e a iniciativa de consolidar orgânica e institucionalmente a vanguarda do patronato.

Nesse sentido, acompanhando a inspiração gramsciana da caracterização do Ipes como “elite orgânica”, parece-nos estar fortemente presente, na dinâmica de sua criação, a percepção de uma “crise de hegemonia”. O fiasco do janismo — versão periférica do bonapartismo reacionário, isto é, o de Napoleão III, e não o do primeiro Bonaparte — anulou a única vitória eleitoral da direita udenista na disputa da Presidência. A “elite” burguesa tirou desse fracasso a conclusão de que não lograria dirigir o país através dos partidos políticos burgueses. Pior: suas próprias posições e privilégios de classe estavam ameaçados pelo que a imprensa a seu serviço iria chamar de “comuno-peleguismo”. Da conclusão teórica à aplicação prática, o prazo foi curto. No início de 1962, sob a coordenação do general Golbery, o Ipes lançou sua primeira ofensiva ideológica. Uma tropa de jornalistas alugados passou a anunciar com mercenária disciplina¹⁸ que o espectro do comunismo rondava o país. Paralelamente, desenvolveram-se profícuos contatos com o clero reacionário. Um certo padre Velloso, ex-reitor da PUC do Rio de Janeiro, ajudava a “branquear” os fundos ilegais repassados ao Ipes pela plutocracia assustada. Outro sacerdote, também mais preocupado com o profano que com o sagrado, o padre Leovigildo Balestieri, organizou uma das mais importantes frentes de massa da reação, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), de onde saíram as furibundas “marchadeiras”.

Graças a essa bem articulada combinação de propaganda “mediática” e de agitação política de massas, de formas ilegais e conspirativas e de formas legais de atuação, o Ipes logrou erigir-se em centro dirigente da burguesia brasileira, notadamente nas regiões

mais desenvolvidas economicamente do país. Chegada a hora da batalha final contra Goulart, não precisou improvisar. Bastou-lhe coordenar o desencadeamento da ofensiva golpista, último ato da “guerra de posição” que vinha travando contra o “peleguismo” e o “comunismo”.

Estudos posteriores ao livro de Dreifuss, notadamente *Os senhores das Gerais*, de Heloísa Starling, consagrado à conspiração e à mobilização golpista em Minas Gerais¹⁹, confirmam ampla e circunstanciadamente a função hegemônica exercida pelo Ipes. Evocaremos apenas, para concluir, como ela operou no interior das Forças Armadas, lembrando a importância, na interpretação de Werneck Sodré, do argumento de que os militares foram manipulados e intoxicados pelos “empreiteiros do golpe” e de que, portanto, o que ocorreu em março-abril 1964 foi um golpe reacionário da direita do qual os militares constituíram o instrumento decisivo.

Dreifuss consagrou um capítulo (o VIII: “A ação de classe da elite orgânica: o complexo Ipes/Ibad e os militares”) a essa questão. Contém, como o resto do livro, preciosas informações, das quais salientaremos apenas a minuciosa descrição das atividades conspiratórias do general Mourão Filho. Já no final de 1961 e início de 1962, quando comandava um regimento em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Mourão estava vinculado ao Ibad, ao qual prestou desde logo alguns serviços, notadamente ajudando a promover uma reunião do patronato rural gaúcho. Engajado na conspiração com o zelo de criptofascista impenitente, tornou-se rapidamente um de seus principais articuladores. Imaginava ser também um de seus principais dirigentes, mas, como mostra Dreifuss com amplos pormenores, estava sendo manipulado pelos verdadeiros chefes da conspiração, isto é, pela cúpula do “complexo Ipes/Ibad”²⁰. Quando, guindado ao comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, com sede em Juiz de Fora, decidiu agir por conta própria, desfechando o golpe de Estado, por pouco não pôs a perder o tenaz e metódico traba-

lho subversivo do Ipes. Era grande o risco de que, se permanecesse isolada, a quartelada de Mourão seria contida e derrotada pelo governo federal. Posta diante do fato consumado da intempestiva sublevação mineira, a direção do Ipes não podia deixar de apoiá-lo, precipitando seus planos. Mais tarde, vitorioso o golpe, iria colocar Mourão em seu lugar.

Notas

- ¹ CIA, Report nº TDCS 3543, 633 de 12.4.1963. Arquivo John F. Kennedy.
- ² CIA, Report nº TDCS 3545, 753 de 30.4.1963. Arquivo John F. Kennedy.
- ³ A entrevista de Lacerda está publicada em *O Estado de S. Paulo*, em dias sucessivos. A passagem citada é do dia 9 de junho de 1977.
- ⁴ Em entrevista ao *Jornal do Brasil* do dia 23.12.1976. Esse jornal havia publicado, a 18 e 20 de dezembro, vários documentos do arquivo Lyndon Johnson relativos à participação norte-americana na articulação do golpe, notadamente um *memorandum* do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, classificado como “ultrassecreto” e dirigido aos principais conselheiros políticos, diplomáticos e militares do presidente L. Johnson Dean Rusk, Thomas Mann, coronel J. C. King, representante da CIA junto ao presidente, general Maxwell Taylor, adido militar da Presidência e outros. Com a data de 27 de março de 1964, o *memorandum* dá o sinal verde para o golpe, salientando o papel a ser desempenhado pelo general Castelo Branco, cuja “cristalização” como “líder de um grupo de resistência militar” é considerada como “o mais significativo desdobramento” da situação no Brasil.
- ⁵ Phylis Parker, *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Além de nos conhecidos *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, e *O governo João Goulart*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, Moniz Bandeira trata da questão em seu recente artigo “Segurança continental e o golpe de 64”. In: *Carta*. Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro nº 11. Brasília, Senado Federal, 1994, pp. 91-104. Cf. também Marcos Sá Correa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, LPM, 1977.
- ⁶ Ver em Hélio Silva, *1964: Golpe ou contragolpe?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, pp. 434-446, o depoimento do general Ladário Teles, bem como sua ordem do dia ao assumir, a 1º de abril (e por menos de dois dias), o comando do III Exército, pp. 472-473.
- ⁷ Cf. o depoimento do general Peri Beviláqua. In: H. Silva, *op. cit.*, p. 403. Kruel, na noite do mesmo 31 de março, ofereceu sua mediação em termos semelhantes (cf. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart, op. cit.*, p. 180).
- ⁸ O depoimento de Zerbini está em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 390-393.
- ⁹ Extraímos o relato desse episódio de Carlos Chagas, “Goulart foge e termina a ‘resistência’”. In: *O Estado de S. Paulo* de 4.4.1984.
- ¹⁰ A análise das consequências do movimento dos marinheiros e fuzileiros navais, bem como dos sargentos para a dinâmica do golpe exigiria um tópico especial. Bastará, para

os fins limitados deste artigo, notar que não lograram escapar do efeito de inércia que vinha de cima e assistiram impotentes ao triunfo da reação. No que, de resto, partilharam do destino de toda a esquerda, militar e civil.

- 11 Citado em Hélio Silva, *ibidem*, p. 411.
- 12 Logo após o famoso comício de 13 de março de 1964, pelas reformas de base, redigiu um documento, dito LEEX — Lealdade ao Exército —, visando “harmonizar duas principais correntes: a dos conspiradores mais antigos [...] que havia dois anos ou mais trabalhavam para a derrubada armada do governo e a daqueles que esperavam provas mais contundentes de ação subversiva do governo antes de qualquer ação armada”. Em estilo eufemístico digno de figurar numa antologia de jesuitismo político, Castelo Branco define, com incontestável talento organizatório, as linhas mestras do plano estratégico e dos prováveis desdobramentos táticos da intervenção militar golpista. A passagem entre aspas foi tirada de José Stacchini, “O ritual tardio da deflagração”, oitavo artigo de uma série que tem como título *Março 64: Mobilização da audácia*. Embora assumidamente apologético, o trabalho de Stacchini contém preciosas informações e apresenta razoável objetividade jornalística. Utilizamos a reedição do artigo. In: *O Estado de S. Paulo* de 27.3.1984.
- 13 Por si só o documento LEEX constituía um ato de sedição contra o governo. Mas Goulart perdeu dias preciosos para tomar a iniciativa de demiti-lo do posto-chave que ocupava. Quando se decidiu, às vésperas do golpe, era tarde demais. O general Benjamin Galhardo, designado para substituí-lo, não logrou sequer tomar posse.
- 14 O diálogo está em José Stacchini, “Em algumas horas, a metamorfose”, décimo da série suprarreferida. Cf. *O Estado de S. Paulo* de 29.3.84.
- 15 Nelson Werneck Sodré, “Trinta anos depois”. In: *Carta* nº 11, 1994-2 (Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro), p. 40.
- 16 A frase é de Hélio Silva, *op. cit.*, p. 142.
- 17 Sobre as origens do Ipes, ver René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 161 e ss.
- 18 Elio Gaspari, apresentando em *Vêja* (nº 670, de 8.7.1981) o livro de Dreifuss, observa que o retrato do Ipes e o da atividade de seus “intelectuais orgânicos” “permitem um fascinante passeio pela plutocracia brasileira, seus usos e costumes políticos”. Os métodos de lavagem de dinheiro para financiar a conspiração, muito bem resumidos por Gaspari em sua resenha, sugerem-nos um comentário de ordem psicanalítica. Ao acusarem os vencidos de 1964 de “subversão e corrupção”, os golpistas estavam simplesmente projetando nos adversários seus próprios métodos de ação.
- 19 O livro de H. Starling foi editado pela Vozes (Petrópolis, 1986).
- 20 Cf. Dreifuss, *op. cit.*, pp. 373-396. E. Gaspari, em sua mencionada resenha, considera “divertido como a leitura de um romance policial” o capítulo “mostrando como o general Mourão Filho era manipulado pelo Ipes — que lhe dava ou tirava gás, infiltrando militares que agiam sob sua coordenação do Estado-Maior de sua tropa”.

PARTE IV
Trinta anos depois

AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Octávio Ianni

No século XX, a sociedade brasileira experimentou várias estratégias de desenvolvimento. Ainda que essas estratégias tenham sido formuladas ou postas em prática com base em requisitos principalmente econômicos, elas sempre tiveram implicações sociais, políticas e culturais. São estratégias que marcam de modo evidente os vaivéns das controvérsias políticas, das lutas sociais, das produções culturais, dos experimentos democráticos e dos ciclos ditatoriais. Talvez seja possível dizer que as épocas marcantes da história da sociedade brasileira no século XX assinalam épocas nas quais esta ou aquela estratégia de desenvolvimento foi formulada, idealizada ou posta em prática.

É claro que as estratégias de desenvolvimento adotadas em cada época se defrontam com obstáculos políticos, econômicos, institucionais ou outros. Inclusive, é importante reconhecer que elas se confrontam, tencionam, estimulam ou negam. São formulações ideais e práticas, envolvendo grupos sociais, classes sociais, partidos políticos, movimentos sociais, correntes de opinião pública, grupos de pressão. Envolvem empresários, operários, setores de classe média, intelectuais, estudantes, militares e outros. Daí por que as estratégias não se revelam nítidas e articuladas à observação imediata. O que aparece à observação imediata, impressionista ou apressada é uma história contraditória, errática, caótica, sem sorte. Uma história atravessada nas reivindicações, tensões,

lutas, revoltas, quarteladas, golpes. Mas a observação demorada e atenta revela que, na base dessa história, destacam-se estratégias distintas e marcantes.

Em uma formulação breve, essas são as estratégias de desenvolvimento formuladas, idealizadas ou postas em prática pela sociedade brasileira ao longo do século XX.

O Brasil entra no século XX comprometido com a estratégia de desenvolvimento *capitalista dependente*. Trata-se de uma economia primária exportadora, predominante até 1930. A despeito de algumas realizações de tipo industrial, o conjunto da economia e sociedade está principalmente organizado com base na economia primária exportadora. Muito do que se produz na agricultura, na mineração e no extrativismo organiza-se segundo as exigências do mercado externo dominado pelas nações industrializadas.

A partir de 1930 começa a concretizar-se a estratégia de desenvolvimento destinada a fortalecer e desenvolver o *capitalismo nacional*. Durante os anos 1930-1964, a despeito dos vaivéns da história nacional e mundial, esteve em curso uma estratégia destinada a implantar o capitalismo nacional, fortalecendo a soberania.

Naturalmente houve muitas lutas, controvérsias e reorientações durante essas décadas, mas esse tipo de capitalismo foi, em boa medida, implantado. O Estado foi levado a criar condições de industrialização, bem como a iniciar empreendimentos produtivos. Além de criar infraestrutura propícia às iniciativas da industrialização, também tornou-se um empresário ou capitalista coletivo. Essa é a época da industrialização substitutiva de importações.

Mas a Guerra Fria, iniciada em 1946, influenciou e distorceu crescentemente as diretrizes e as práticas destinadas a pôr em exercício e desenvolver a contribuição nacional.

Durante a Guerra Fria, a sociedade brasileira foi levada a abandonar a estratégia de desenvolvimento de um capitalismo nacional e a adotar a estratégia de *desenvolvimento associado, ou dependente*. Esse é o significado do golpe de Estado de 1964. Em 1964

terminam drasticamente as diretrizes e as práticas destinadas a implantar o capitalismo nacional e inauguram-se as diretrizes e práticas destinadas a implantar o capitalismo associado ou dependente. Diante da presença e da predominância dos Estados Unidos da América do Norte no mundo capitalista, e em face das exigências da Guerra Fria comandada por esse país, o Brasil foi levado a abandonar a estratégia de capitalismo nacional e pôr em prática a de capitalismo associado ou dependente.

Nos anos 1930-1964, ao lado da estratégia destinada a implantar o capitalismo nacional, desenvolveu-se também a estratégia orientada no sentido de implantar o *socialismo nacional*. Muitas vezes, o nacionalismo presente nos debates, nas diretrizes governamentais, nos programas de partidos políticos, nas atividades de movimentos sindicais e em outras esferas da sociedade era um nacionalismo no qual convergiam forças sociais comprometidas com o capitalismo nacional e forças sociais comprometidas com o socialismo nacional.

Nesse sentido é que o golpe de Estado de 1964 não só derrota o projeto de capitalismo nacional, mas incute uma séria derrota no projeto de socialismo nacional. Ambos estavam apoiados na hipótese de que o nacionalismo, a nacionalização de empresas estrangeiras, a estatização da economia nacional e outras diretrizes e práticas poderiam fortalecer o Estado como capitalista coletivo. E isso poderia significar, para o projeto de capitalismo nacional, a criação de normas e melhores condições para a realização deste. E poderia significar, para o projeto de socialismo nacional, a criação das condições materiais para a transição para o socialismo. Mas os dois sofrem pesada derrota com o golpe de Estado de 1964.

No fim do século XX, o Brasil está sendo levado a experimentar uma estratégia de desenvolvimento que pode ser definida como de *capitalismo transnacional, ou globalizado*, no âmbito do qual a sociedade brasileira se configura como uma província da sociedade global. Em outros termos, a economia brasileira trans-

forma-se claramente em segmento ou província econômica do capitalismo mundial.

São muitas as articulações das forças produtivas e das relações de produção que influenciam ou determinam decisivamente as configurações e os movimentos da sociedade brasileira. As corporações transnacionais e as organizações multinacionais estão cada vez mais presentes no modo pelo qual se mobilizam e orientam as diretrizes e as práticas governamentais. São diretrizes e práticas cada vez mais influenciadas pelas exigências da transnacionalização.

Esse é o contexto em que se desenvolve a reestruturação do Estado, compreendendo a desestatização, a desregulação, a privatização e a abertura dos mercados. Redefine-se de alto a baixo a estrutura do aparelho estatal, de modo a fornecer e dinamizar a transnacionalização da indústria, da agricultura, do comércio e do sistema bancário. Aos poucos, tudo é posto em termos de produtividade, competitividade, lucratividade, racionalidade ou modernização, segundo o modelo estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio.

É claro que a reestruturação do Estado, nos termos em que está sendo realizada, envolve a modificação mais ou menos radical das articulações entre o Estado e a sociedade civil, ou vice-versa. Todo um vasto sistema de instituições, diretrizes e práticas que articulavam a sociedade e o Estado em épocas anteriores é modificado de modo mais ou menos drástico e radical. Mas o Estado é levado a reformular a sua relação com o capital, em âmbito nacional, regional e mundial. Desenvolvem-se alianças entre as classes dominantes nativas e estrangeiras, nacionais e transnacionais, em geral ampliando e aprofundando o monopólio do Estado pelo capital transnacional, segundo as determinações predominantes no capitalismo globalizado. Esse é o contexto em que a sociedade nacional se transforma em uma província da sociedade mundial.

Nesse contexto, a economia brasileira é definida como *economia emergente ou mercado emergente*; já não é mais simplesmente agrária, subdesenvolvida, dependente, em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo. Depois da Guerra Fria, quando o capitalismo transforma amplas áreas do globo em fronteiras de expansão, são muitas as economias que passam a ser denominadas emergentes. Emergem como províncias do capitalismo recentemente globalizado.

Estas, em síntese, as contradições sob as quais a sociedade brasileira está entrando no século XXI: como província da sociedade global. Trata-se de um dilema prático e teórico. Teórico, para os que se empenham em interpretar os desafios criados com as configurações e os movimentos da sociedade global. E prático, para os que se empenham em desvendar as perspectivas de emancipação na época do globalismo.

O SIGNIFICADO DA DITADURA MILITAR

Florestan Fernandes

A ditadura militar tem sido caracterizada por uma peculiaridade: pela “primeira vez” os militares não resolveram apenas dilemas da crise de poder dos políticos e estratos privados civis. Tomaram-no para si. Essa equação é ambígua e mistificadora. Como país de origem colonial e que oscilou, depois da Independência, do neocolonialismo para a dependência (preservando e fortalecendo certas funções sociais coloniais e neocoloniais, nascidas da dominação externa conjuminada com interesses das elites do poder), aqui militares e civis sempre formaram uma comunidade indissolúvel. Possuíam a mesma origem social, malgrado o desnivelamento de “famílias tradicionais”; escolhiam a “carreira das armas” por contingências, reforçando sua estabilidade social; cruzavam o público e o privado em seu proveito; faziam frente comum aos escravos, aos libertos, aos “homens pobres livres”, aos trabalhadores assalariados; viam através da mesma ótica a necessidade da opressão e da repressão; usavam o Estado como instrumento de “preservação da ordem” e o “meio legal” de defesa coletiva em disputas defensivas e ofensivas para conter “a gatinha em seu lugar”.

Só em casos excepcionais — que confirmavam a regra — desfaziam essa aliança sagrada e batiam-se em campos opostos (na aparência ou na realidade). A união restabelecia-se prontamente, pois o antagonismo permanente seria a ruína de militares e civis. A comunidade política comportava e resolvia a “lógica militar”.

Esta operava como tática de compensação, pela qual a suscetibilidade do militar em converter críticas e desentendimentos em ofensa a toda a corporação extorquia rapidamente as acomodações pretendidas, como exemplifica a “questão militar” no Segundo Império e posteriormente. Oliveira Viana interpretou magistralmente essa tática. Eu mesmo tive a oportunidade de constatar o quanto a interpretação continua verdadeira, quando da redação do artigo 142 da Constituição de 1988. O texto definitivo brotou do consenso militar, não da vontade dos constituintes. O grupo encarregado do assunto aguardou que os bons ofícios do senador Fernando Henrique Cardoso trouxessem a fórmula salvadora, assimilável aos desígnios militares e compatível com as concessões civis.

O caminho percorrido no 1º de abril de 1964 foi incomum, porém dentro da moldura histórica convencional e da associação indissolúvel (até aquele momento) entre as elites das classes dominantes civis e militares. Esse padrão, aliás, é genérico e tem vigência tanto nos países centrais quanto na periferia. O que escapou da rotina e causou estupefação foi o deslocamento dos civis para as posições atribuídas aos líderes militares e o fato de estes se apossarem abertamente da hegemonia do poder “institucional”, procurando salvar as aparências da “normalidade democrática”. Li, em uma revista de circulação de massas, declarações do general Meira Matos (infelizmente não recortei a “importante matéria”*) verdadeiras e esclarecedoras. À pergunta do entrevistador a respeito da “revolução”, ele corrigiu prontamente: “Revolução não, contrarrevolução”; e não aconteceu uma contrarrevolução, ocorreram duas, que se separaram por um curto intervalo. A da tomada do poder por militares e civis (especialmente dos governadores aliados); e a decisão de manter os militares à frente do governo e do Estado. Ele colocou claramente o dedo na ferida!

* O ódio do governador Carlos Lacerda à pessoa do presidente Castelo Branco — tido como o “marco” democrático da contrarrevolução — é emblemático. (Nota do organizador)

Dez dias depois da ocupação do governo, os militares já haviam arrebataado para si a “responsabilidade” de governar segundo sua ótica geopolítica das causas, da gravidade e da solução da crise brasileira.

Atravessando por dentro a mentalidade militar “moderna”, é por aqui que se desnuda a razão militar. Depois do suicídio de Getúlio Vargas, os militares imprimiram nova orientação à “sua” interpretação do Brasil e consideravam-se, de sua perspectiva histórica, em condições de arcar sozinhos, com a colaboração de alguns civis de confiança, com as exigências da situação. Não fizeram do general Golbery um mago de poções certeiras nem do general Castelo Branco o sacerdote de uma nova ordem democrática. Viam neles e em alguns outros mestres, com quem aprenderam, seus verdadeiros guias. A própria assessoria civil adaptava-se às pautas de um saber tenso e decepcionado, que simplificava os meios e complicava os fins. Aqueles provinham dos modelos tecnocráticos recentes, descobertos por uma prática rápida e superficial demais; estes vinham de longe, na sucessão de malogros que atingiram o ápice durante a década de 1950 e foram vasculhados depois da renúncia de Jânio Quadros.

Esses motivos levaram os militares a procurar na esfera do saber civil (principalmente acadêmico) o encantamento do “Abre-te, Sésamo”. Em 1962 se inicia, sob o impulso da *intelligentzia* militar, tanto a “limpeza da área” (a demissão de intelectuais “radicais” nos meios de comunicação de massa e a redução do espaço de dissidência consentida pelos patrões) quanto as “sondagens” do que os luminares da cultura civil tinham a fornecer aos líderes da direita do movimento militar. Encontraram o talento conservador, disposto à contrarrevolução. Mas os “teóricos da contrarrevolução” raramente estavam enfronhados na *praxis* contrarrevolucionária. Eram, na maioria, auxiliares de segunda categoria, em um campo no qual o “uso da força” e o “comando vertical” tecnocrático já tinham amadurecido entre os militares sediciosos. Aproveitaram o que puderam e organizaram seus quadros civis

para secundar a ação decisiva, que viria de cima, do intelectual militar orgânico. A assessoria norte-americana (e estrangeira em geral) revelou-se desastrosa. Limitada pelo “contraterrorismo” e a concomitância de “inimigo interno” e “inimigo externo”, caiu em um anticomunismo primário e devastador para a mencionada relação desequilibrada entre meios e fins, moldada na imaginação militar do fator político. Essa assessoria só foi produtiva para os mentores de certos países, particularmente os Estados Unidos e aliados que podiam aumentar suas interferências reacionárias no Brasil (inclusive Portugal).

Impõe-se perguntar: por que os militares julgaram-se no dever de dar um golpe de Estado cujo paradigma procede da contrarrevolução “preventiva”? Indo além, por que quebraram uma tradição secular, incumbindo-se de uma missão que rompia com a conciliação específica de civis e militares no Império e na República, adotando uma crítica implícita (poucas vezes explícita), que pressupunha sérias restrições aos civis aliados, reduzidos a técnicos? Ambas as perguntas conduzem à mesma resposta: sem a presença ativa dos militares, o governo ditatorial seria incapaz de defrontar-se com algo mais grave que “turbulências” e a restauração da ordem continuaria ameaçada (ou condenada). A nova lógica militar salientava, a um tempo, a insuficiência de um golpe armado e a debilidade congênita de um governo que retornasse de imediato ou rapidamente à hegemonia civil, ainda que contasse com forte sustentação civil-militar. A hipótese dos “brasilianistas” e de estudiosos brasileiros, que subestimaram a necessidade histórica de um horizonte militar sólido, ostenta várias fraturas explicativas. Os militares de direita aceitaram os riscos apontados pelos assessores estrangeiros. Mas foram muito mais longe, pois intuíram (ou perceberam) que se impunha encarar o poder como prática militar por meios políticos. A democracia, por imperfeita que fosse, abria seus flancos às lutas de classes e à propagação e ao crescimento de forças sociais desestabilizadoras incontroláveis a partir de uma tirania civil com apoio militar. “Cortar o mal pela

raiz” era, em essência, a opção por uma contrarrevolução, e o “mal menor” requeria a montagem de um Estado subfascista e de um governo militar ditatorial! Isso não resolveria a crise social crônica, mas permitiria salvar as classes dominantes e suas elites de uma tragédia histórica.

Note-se que essa problemática elementar repunha o passado no presente e favoreceria o influxo contínuo da “modernização conservadora”, com todos os seus efeitos nocivos. As revoluções e as reformas capitalistas frustradas, interrompidas pela ganância e pelo espírito estreito da burguesia brasileira, poderiam permanecer estranguladas. Por sua vez, os requisitos do desenvolvimento capitalista associado foram intensificados e desvinculados de qualquer contexto democrático, agravando em profundidade e extensão os problemas e dilemas sociais herdados do passado remoto e recente ou pelas condições anormais de opressão, repressão e espoliação dos trabalhadores e dos oprimidos.

A cegueira e a tibieza do governo Goulart permitiram e facilitaram essa espantosa evolução. Ela não deve, contudo, ser atribuída àquelas condições. Tampouco seria razoável debitar à desmobilização das massas alguma importância incentivadora. As massas responderam, do Norte ao Sul, ao apelo da devolução do poder a Goulart. Ele e o seu “dispositivo militar” abrem dois elos. Um, o da incompetência de um governo débil, que viu nascer e crescer a contrarrevolução e só tomou providências inócuas (para a defesa da estabilidade política) e assustadoras (para os setores civis e militares reacionários e parafascistas, internos e externos). A bandeira da contrarrevolução tremulou sozinha, pois não se podem tomar como resistência iniciativas desesperadas e levianas de agitação, que multiplicaram por mil o terror disseminado pela “república sindicalista”. Ações de desespero não se confundem com o dever de um governo responsável, paralisado diante da alternativa de desencadear e levar às últimas consequências uma guerra civil, incubada na sociedade brasileira há um século e meio (sob o referencial da Independência) e há mais de três quartos de

século (considerando-a a “Lei Áurea”). Classes e elites no poder brecharam a história por todo esse tempo e viam-se, repentinamente, diante das imposições de uma guerra civil.

É nesse nível que se deve separar a história descritiva da história interpretativa. O topo, especialmente os conservadores, reacionários e parafascistas, moveu-se em busca do socorro militar. Contaram com diagnósticos simétricos e corroboradores dos parceiros militares. Só que estes haviam avançado mais em suas concepções táticas defensivas e na estratégia político-militar “restauradora”. Não se engajaram na propalada “defesa da democracia” e na “defesa da ordem”. Avaliaram os argumentos com outro olhar, que ligava o anticomunismo à construção da “Pátria Grande”. As discrepâncias e as contradições entre a imaginação política dos militares e a imaginação política dos civis iriam expandir-se em seguida e produziriam consequências imprevistas, embora os beneficiários maiores tivessem de ser os civis. Ocorreu, portanto, um deslizamento ideológico, grávido de história para os de cima. Como o substrato das divergências se circunscrevia na mesma órbita, os militares ocuparam o poder, resguardaram para eles a hegemonia global e abstiveram-se de se alinhar sob um denominador comum, pelo menos anti-imperialista e de abertura social. Com o tempo, tiveram de ceder e acabaram presos às cadeias da conciliação tradicional. Serviram de mão de gato da burguesia, nacional e estrangeira, e de servos do capital financeiro. No conjunto, venceu a dinâmica da fraca sociedade civil.

Essa descrição, como um todo, fica incompleta se forem omitidos três questionamentos. O principal diz respeito ao fio condutor de toda a evolução apontada (englobando-se civis e militares, ressaltando-se a percepção mais fina das contingências pelos últimos).

Como, durante a Independência, as crises que desagregaram o Império e a chamada “revolução” de 1930, a “questão social” sempre foi o núcleo mascarado dos conflitos que subiam à tona, na sociedade civil e na esfera do Estado. À representação ideológica

de que o povo brasileiro “é ordeiro e pacífico” está inevitavelmente colada a consciência opaca ou clara das opressões, repressões e amputações da condição humana, que semelhante inércia aparente implica. Passando para os dias que correm, vem a ser uma loucura tentar fortalecer uma ordem social cujo eixo estrutural e dinâmico se baseia na violência sistemática. Os militares — pela própria responsabilidade que decorre de suas funções — são sensíveis a esse fardo histórico que recai sobre seus ombros. E não recebem compensações pelo porte de algoz que devem suportar. Estudaram, à luz das doutrinas militares e geopolíticas que fermentaram depois da Segunda Grande Guerra, o que tudo isso pressupõe como fator do desequilíbrio da nação, da instabilidade do Estado e das compulsões ardentes de contraviolência das massas e das classes trabalhadoras. A mão de ferro armada se adiantou para impedir uma insurgência que desabrochava nos quartéis e nas ruas. Por isso, as predisposições conservadoras, reacionárias e pró-fascistas fervilharam em suas cabeças, produzindo uma avalanche que despertou os acontecimentos mais horríveis de nossa história.

Outro questionamento relaciona-se a uma contraprova. Na atualidade, as resistências mais duras à universalização da democracia e da cidadania procedem dos oficiais reformados e dos que poderiam ser indigitados como seus discípulos fiéis nas gerações militares mais jovens. Publicações, jornais, manifestações de rebeldia e intolerância até contra o governo e algumas de suas instituições, decisivas para a associação do desenvolvimento político à consolidação de uma República democrática, medram entre eles. Li vários desses documentos. Só uma extrema violência favorece sua circulação livre. Filtrou-se o que havia de pior no caldo de cultura do antigo governo ditatorial. Um subfascismo infantil é servido como um elixir de “salvação da ordem”. Sua predisposição para a tirania ultrapassou todos os limites toleráveis. Ele não é posto de quarentena nem repellido no cume do governo. Dados as dificuldades econômicas com que se defrontam os funcionários

militares, ativos e reformados, e o “sucateamento” do aparato militar, aplica-se como instrumento de chantagem política. Distante da ótica militar, de que se alimentou a virada ditatorial, a junta militar e a invenção diabólica da “transição lenta, gradual e segura”, ainda em vigor clandestino, a situação como um todo confirma o nervo da contrarrevolução e seu significado político crucial.

O terceiro questionamento refere-se ao *quantum* de democracia que as elites militares admitem “em nossas circunstâncias”. Embora sejam, no governo, as principais beneficiárias de uma instauração democrática vigorosa, elas refluem para fórmulas arcaicas de integração ao universo cultural das classes dominantes e as ajudam a robustecer uma “revisão constitucional” perversa. Há uma revisão a ser feita: a que está na ordem do dia das classes dominantes e dos países centrais e é destrutiva para o Brasil. Cheguei a designar a constituição vigente de “constituição inacabada”. Ela não responde a necessidades vitais da nação como um todo; não solta as revoluções e reformas capitalistas interrompidas, persistindo à altura dos interesses estreitos das classes dominantes e das nações capitalistas centrais; não atende à humanização das classes subalternas e dos excluídos (a começar da educação, das oportunidades de trabalho e nível de vida, à saúde, à habitação etc.); e reteve privilégios que deveriam ter sido expurgados da herança constitucional brasileira, deixando o Estado e o governo como *bunkers* dos que mandam.

As elites militares têm diante de si vários caminhos a seguir, inclusive por causa da precariedade de suas instalações e meios de ataque ou de defesa. Pois bem, apenas oficiais jovens e algumas figuras da “*intelligentzia* militar” empenharam-se contra a “revisão ultraconservadora” e apresentaram-se como paladinos da autêntica revisão saneadora. Os fios da contrarrevolução chegam aos nossos dias e de uma perspectiva militar que empobrece e inquieta as próprias forças armadas. Falhando nesse dever, elas malogram no dever maior de um entendimento do que deverá ser uma nação periférica na era da revolução capitalista dos robôs. Sem

uma *boa* Constituição, o país fica à mercê da dominação externa e de ondas de pseudomodernizações e “privatizações”. Essa é a herança dramática de uma contrarrevolução e de uma ditadura militar, que viraram o país de cabeça para baixo e forjaram uma concepção que insiste em enxergá-lo nessa condição degradada.

A ditadura, como constelação social de um bloco histórico de estratos militares e civis, não se dissolveu.

A “transição lenta, gradual e segura” resguardou a composição, graças à derrota do movimento das “diretas já”, conciliação elástica manobrada por Tancredo Neves, e a transfiguração de Sarney — grão-vizir da ditadura — em presidente da República (com o recuo do PMDB como “frente democrática”), a ascensão e o colapso de Collor e sua substituição por um vice-presidente disposto a jogar simultaneamente com os ganhos e com as perdas alternativas do “fortalecimento da democracia” e com a redefinição dos papéis ativos dos líderes militares, em posições-chave do governo “civil” e nos seus bastidores. A dita “Constituição cidadã” não poderia tolher, por si só, os usos e abusos que suportou. A sociedade civil alterou-se, conferindo maior alcance à presença e às atividades dissidentes de grupos de interesses populares, entidades e movimentos sociais de franca ruptura progressiva com o *status quo*. A centralização e a monopolização do poder especificamente político, como no passado recente, conseguiram barrar essas tendências construtivas, mas demolidoras para os de cima. O centro radical, que se autoqualificou como social-democracia, graças ao PSDB, conferiu um passaporte de credibilidade às figuras e configurações-chave emblemáticas (que se situam como “partidos”) daquele bloco histórico. O que havia de pior, mistificador e hipócrita no tancredismo — o “mudancismo” como profissão de fé — ressurgiu como força política “moderna”.

A hegemonia militar perde terreno. A posição estratégica das elites militares — antigas ou renovadas — adquire, todavia, perspectivas de duração e de influência ultracompensadoras. Aquelas elites fixam-se ainda mais como esteio da defesa da ordem. Em

suma, elas desprenderam-se da batalha militar (que não ultrapassou a encenação e alguns combates singulares), mas ganharam a guerra política. Para inverter esse quadro histórico seria necessário que a sociedade civil caísse sob uma comoção interna extensa e profunda, que reduzisse a cacos o bloco histórico no poder e repercutisse na forma, na infraestrutura institucional e nas funções político-sociais do Estado. Parece pouco provável, conservando-se estáveis as demais condições, que a via eleitoral se torne o agente de um parto histórico tão difícil.

PARTE V
Depoimento

A RESISTÊNCIA NO PLANO DA CULTURA

Ênio Silveira

1964 marcou profundamente a minha vida como indivíduo, cidadão, profissional, editor. Sempre lutei pelos princípios democráticos, pois acredito que apenas a sociedade democrática, com todos os seus defeitos, possibilita o real desenvolvimento do ser humano. 1964 foi terrível, mas o pior é que foi um golpe anunciado, pois se sabia com antecedência que ele poderia ocorrer.

Lembro-me de que diversos intelectuais de esquerda, de várias denominações ideológicas e partidárias, sempre se reuniam em meu escritório para discutir a crise que estava no ar; chegamos, inclusive, a conversar com João Goulart para preveni-lo de que o golpe iria acontecer a qualquer momento. Nelson Werneck Sodré, homem admirável, grande brasileiro, grande intelectual, militar de carreira, organizou com mais alguns companheiros uma lista de todos os militares que estavam comprometidos com o golpe. Isso foi levado a Jango, que era uma figura hamletiana, que vivia numa permanente incerteza a respeito de tudo, não tomando providência nenhuma para evitar o golpe.

Recordo-me também de um episódio muito engraçado: na véspera do golpe, fui com um grupo de amigos — o teatrólogo Dias Gomes, o cineasta Alex Vianni e o próprio Werneck Sodré — à Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, fazer uma proclamação ao povo brasileiro chamando a atenção para o golpe. Então me lembrei de um filme, *Último ato*, em que no *bunker* de Hitler em Ber-

lim, no momento em que a derrota nazista já era irreversível (os russos já estavam tomando a cidade), dois generais nazistas, no porão da chancelaria, travam o seguinte diálogo: “Bem, não há mais nada a fazer; provavelmente, os russos nos fuzilarão, mas eu espero que Deus nos perdoe”. Ao que o outro, irritado, responde: “Deus, você acredita em Deus?”. “Sim, a minha família é luterana, eu acredito em Deus.” “Mas Deus não existe e eu tenho prova de que não existe.” “Que prova?” “A prova é que nós existimos; se Deus existisse, não existiríamos.”

Daí, continuei a alocução dizendo: “Brasileiros, estou falando para brasileiros, milhões e milhões estão ouvindo nossa conversa e suponho que a maioria seja religiosa ou tenha alguma definição religiosa; se Deus existe para vocês, certamente não pode existir para esses militares que estão conspirando!”. Eu me enganei, pois Deus estava com eles naquele momento, e eles deram o golpe! E deram o golpe de uma maneira tão súbita que, enquanto estávamos falando na Rádio Nacional, os militares começaram a tomá-la. Um companheiro avisou que tínhamos que sair dali imediatamente porque eles estavam entrando e já tinham desligado os elevadores.

Nelson Werneck Sodré, Alex Vianni, Álvaro Vieira Pinto (antigo diretor do Iseb) e eu descemos os 30 andares da Rádio Nacional pela escada de serviço, correndo. O golpe já estava dado, a UNE estava sendo incendiada, o jornal *Última Hora* tinha sido invadido e empastelado. Então, dirigi-me para a embaixada da Iugoslávia, cujo embaixador era um querido amigo.

Chegamos à embaixada e a encontramos fechada: o embaixador estava em Brasília. Uma senhora que falava uma língua estranha, ou não falava língua nenhuma, nos atendeu; pedimos para abrir, pois tínhamos que entregar um pacote que não passava pela grade. Assim que abriu, entramos e ocupamos a embaixada como um asilo provisório. O embaixador chegou depois e confirmou que a situação estava mesmo ruim. Pedi para ficarmos lá por um tempo, umas horas, até que se definisse a situação. Ficamos 24 ho-

ras na embaixada da Iugoslávia, sem formalizar pedido de asilo; depois, cada um foi para o seu destino.

Aí começou todo um processo de violência e de abusos. Eu fui logo cassado pelo Ato Institucional, meus direitos políticos foram suspensos por dez anos. Sete dias depois do golpe, compareci à editora; voltei a trabalhar e fui preso. Foi a primeira das sete prisões; fui submetido a quatro processos por crimes contra a segurança nacional. A editora sofreu dois atentados à bomba, destruíram a nossa livraria — na época, a maior do Rio de Janeiro — e botaram uma bomba em nosso depósito. Eles queriam fechar todas as portas de comunicação com a liberdade, manter o país, como militar gostava muito de dizer, unido em torno de seus supostos ideais.

Mas aí começa meu trabalho. Evidentemente, eu achava que a primeira obrigação de todo e qualquer cidadão democrata era começar a luta imediatamente e, embora eu fosse membro do Partido Comunista, a coisa surgiu dentro de mim pelo seu lado pessoal: a vontade de não aceitar aquilo.

Daí começamos. A Civilização Brasileira passou a ser um centro de reação sistemática. Sistemática, porque achávamos que tinham sido cometidos muitos erros no passado; muita discussão bizantina tinha sido travada sobre aspectos menos relevantes da vida política brasileira. Tratava-se, então, de organizar um sistema de reação à ditadura. É bom que se diga e que se louve o fato de que, naquele momento e nos anos em que durou a ditadura, a maioria esmagadora da inteligência brasileira esteve contra o golpe. Foram pouquíssimos os intelectuais que deram apoio ao regime da ditadura militar. Uma dessas pessoas foi uma brilhante escritora, mas não menos reacionária, Raquel de Queiroz. Dias atrás nos encontramos num acontecimento social e ela se dirigiu a mim com um “oh, meu querido!”. Esse negócio meio brasileiro (brasileiro é muito pródigo nessas manifestações superficiais de afeto). Então eu disse: “Engraçado, hoje você tem uma visão bem distinta de mim daquela que você tinha antes de 1964”. Ela

me perguntou: “Como assim?”, ao que respondi: “Você se esqueceu que escrevi um artigo publicado no *Jornal do Comércio* pedindo minha prisão como ‘agente de Moscou’ no Brasil?”. “Eu fiz isso?” “Sim, como sou organizado, tenho uma cópia.” Aí ela perdeu um pouco o reboledo e disse: “Afim de contas, estávamos em campos opostos e guerra é guerra”. “Guerra é guerra”, respondi, “mas usam-se armas limpas; é o meu caso”. Aí ela se levantou e foi embora.

Vou lembrar, para vocês terem uma ideia, de alguns livros que publicamos antes do golpe: *Breve história do fascismo*, de Mário Fioranni, italiano, cineasta, jornalista, que morou no Brasil um tempo e que era membro do PCI. Escreveu um belo livro sobre o fascismo, mostrando em que condições ele surgiu na Itália e em outros países; é um livro didático, por assim dizer. Publiquei outro livro muito importante, do Rui Facó — *Cangaceiros e fanáticos* —, que mostra o que havia por trás do cangaceirismo, as condições sociais que levaram ao seu surgimento. E um outro, muito importante também, de defesa de posturas nacionalistas, de Delmiro Gouvea, chamado *Pioneiro e nacionalista*.

Mas um dos livros mais importantes que publiquei nessa época se chama *O Estado militarista*. Esse é um livro mostrando que, nos EUA, o complexo industrial militar estava efetivamente assumindo cada vez mais preponderância na condução da vida social. O autor denuncia também o risco do militarismo chegando ao poder e mostra como eram, no caso americano, os bastidores do poder. Era um livro premonitório que falava de possíveis golpes na América do Sul, sem imaginar o caso brasileiro.

Publiquei *Introdução à revolução brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, pessoa muito ligada   minha vida, n  só como amigo pessoal, de quem editei quase toda a obra. Nelson era, naquela época e ainda hoje, considerado por muitas pessoas como alguém com uma visão um pouco fechada das coisas; há quem diga que ele seria o último stalinista vivo! Não é verdade, ele é um homem que tem uma visão militar. Nossos militares, todos eles, têm uma

visão um pouco limitada, os seus horizontes são colocados em nichos muito definidos.

A título de brincadeira, conto um caso: um dia telefonei para a casa de Nelson; sua mulher disse-me que ele não estava. Perguntei a que horas voltaria, ao que me informou que chegaria às 5 horas e 17 minutos. Eu disse que isso era horário de trem na Inglaterra, ao que ela me respondeu: “Ele chega às 5 horas e 17 minutos, pois fica esperando na esquina para entrar às 5 horas e 17 minutos”. De fato, Nelson tem essas pequenas limitações; fora isso é um dos mais brilhantes e sérios intelectuais brasileiros. É um homem que, como militar, ao contrário de nós, civis, que somos pouco dispersivos, bota uma ideia na cabeça e vai até o fim, atravessando qualquer obstáculo.

Ele foi um dos homens fundamentais da linha de retaguarda da resistência à ditadura, assim como Osny Duarte Pereira e a figura maravilhosa do poeta Moacir Félix. Constituímos um grupo de resistência e começamos a planejar: primeiro, edição de livros usando a lição de Brecht de que há pelo menos cinco maneiras de dizer a verdade; lançávamos coisas que os militares, na sua belíssima e honorável ignorância, não conseguiam perceber. Porque eles têm uma aversão, uma alergia total a livros, eles não tocavam em livros e, então, não liam. Como sabíamos das coisas notórias que eles não deixavam passar, conseguimos editar muita coisa.

Antes de 1964 ainda, a Civilização Brasileira começou a planejar, em decorrência dessas reuniões, uma coleção que marcou época: *Cadernos do Povo Brasileiro*. O que era essa coleção? Livrinhos em formato de bolso, vendidos a preços muito baixos, colocados em bancas de jornais e que abordavam assuntos como, por exemplo, o primeiro livro: *Quem é povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré. Uma definição do que é povo, o que era realmente, porque, é claro, os golpistas se apresentavam como defensores dos interesses do povo brasileiro. Que interesses eram esses? Que povo era esse? De que povo falavam eles? Esse livro mostrava que eles não falavam em nome do povo, eles falavam em nome deles

como um povo muito suspeito e muito internacionalizado em suas concepções.

O segundo livrinho foi de Osny Duarte Pereira: *Quem faz as leis no Brasil?*. Esses dois livros estabeleceram os parâmetros para uma coleção que chegou a publicar uns 30, 40 livros, até ser proibida posteriormente. Todo livro que saía, eles proibiam. Lançamos mais dois que foram apreendidos e, então, ela foi suspensa; mas, enquanto durou, prestou um enorme serviço político e cultural à resistência democrática.

Paralelamente, foi lançada em Brasília uma coleção de poesia. Eu sei que, para muitos de vocês, estudantes de letras, a palavra *engajada* ligada à literatura tem sempre uma conotação meio suspeita, dando uma ideia de “literatura programada”, de uma “literatura de partido”; mas não era bem isso. Essa coleção, *Violão de Rua*, era uma reunião de poetas dos mais variados matizes ideológicos. O importante era isto: sempre usamos e praticamos uma grande e ampla liberdade, ninguém era cerceado na sua liberdade de publicar nessas coleções ou pela editora, fosse qual fosse a sua posição política. Eu era membro do partido, mas lancei livros, por exemplo, de Edmundo Muniz, notório trotskista, por sinal um livro muito corajoso, talvez o primeiro livro publicado no Brasil analisando o golpe.

Enfim, essa coleção revelou muitos poetas hoje famosos. Afonso Romano de Santana, inclusive, teve os seus primeiros poemas publicados na *Violão de Rua*. Há dias, num lançamento na Biblioteca Nacional da *Revista de Poesia*, ele lembrou: “Está aqui o Ênio Silveira, responsável pelo lançamento de uma coleção que marcou época, e que reuniu os poetas de vanguarda”. Posso dizer, sem nenhuma falsa modéstia, que tenho a convicção de que, naquele momento, realizei aquilo que se deveria esperar sempre de um editor.

Um editor não é um mero mercador de livros, não é um açougueiro que enrola a carne em papel; é alguém que procura colocar a causa à frente dos interesses comerciais. No meu caso foi assim,

por isso me dei mal em termos econômicos e financeiros. Se o editor for apenas um comerciante, ele pode ganhar dinheiro, ser feliz etc., mas não presta um grande serviço cultural e político. Acabei entrando numa situação financeira difícil, agravada, evidentemente, pelo golpe, que cerceou muito nossas possibilidades de trabalho.

Gostaria de registrar um fato muito interessante e, ao mesmo tempo, muito desagradável. Depois das intimidações, dos atentados, os milicos começaram a fazer o seguinte: intimidar o mercado. Primeiro iam a todas as livrarias importantes do Brasil e ameaçavam: “As livrarias que trabalharem com os livros da Civilização Brasileira ficarão suspeitas, entrarão na nossa lista”. Resultado: perdi um enorme mercado; muita gente ficou intimidada. Segundo, proibiram-nos de trabalhar com o Banco do Brasil. Ora, hoje o Brasil está cheio de grandes bancos comerciais que são bancos nacionais; naquela época, o único banco verdadeiramente nacional era o Banco do Brasil. Assim, quem não trabalhasse com o Banco do Brasil não tinha acesso ao resto do Brasil, ao interior todo: tinha que sacar títulos, duplicatas e, em pequenas cidades, só havia o Banco do Brasil.

Dessa forma, eles foram cerceando nossa liberdade de publicar. Com a censura, tivemos dezenas e dezenas de livros apreendidos; eles faziam tudo de caso pensado. Deixavam os livros serem impressos e, quando eram lançados, apreendiam a edição inteira. Ora, isso significava um enorme prejuízo financeiro. Eles nos levaram realmente a um estado de penúria extrema; mas resistimos, vendi tudo o que tinha: móveis, quadros. Nessa época não pensava no valor material, mas no valor afetivo; assim, vendi oito Pancetti, oito Di Cavalcanti, de quem fui editor. Como era amigo pessoal de ambos, vendi até quadros com dedicatória. Tudo o que pude fazer, fiz; fui até o fim e começaria tudo de novo. Não é ato de heroísmo; é um ato de consciência. Então, lutar contra a ditadura foi para mim algo visceralmente necessário.

Outro detalhe importante de registrar é que, apesar de ser membro do Partido Comunista, a editora não foi do partido, nunca foi por ele controlada. Prestes uma vez me disse: “Ênio, a nossa editora podia [...]”; eu disse “nossa não, minha editora”. *Não é nossa*, fiz questão de frisar. Naquela época, o partido não teria deixado publicar muitas coisas; por exemplo, publiquei a famosa trilogia de Isaac Deutscher sobre Trotsky, *O profeta armado*, *O profeta amado* e *O profeta banido*, três livros fundamentais, de grande significado político. Primeiro, porque muito bem escritos; segundo, o autor, evidentemente, era um trotskista, mas seus livros são de grande elegância e com forte substância de análise; não são livros tendenciosos. Se a editora fosse controlada diretamente pelo partido, os livros não sairiam, como outros que editamos de dissidentes do partido na Polônia, na Hungria. Nós proporcionamos, assim, uma abertura para o livre e amplo debate de ideias.

Esclareça-se que essas ideias eram debatidas dentro de um amplo leque da esquerda brasileira; evidentemente, não se publicavam ideias do outro lado; estas, obviamente, tinham e têm um amplo aparato de difusão: a TV Globo e outros jornais e televisões controlados pelo grande capital. Então a Civilização Brasileira era uma editora de esquerda, mas não uma editora partidária, ponto esse que deve ser sempre frisado.

Nas minhas várias prisões, fui acusado, dentro da confusão mental que existia entre os golpistas, de ser simultaneamente “agente de Moscou” e de “Pequim”. Em uma das vezes, disse: “Os senhores, por favor, façam uma opção: ou me nomeiem agente de Moscou ou de Pequim, de ambos não posso ser”; “Não pode por quê?”. Eu, então, tive de explicar, dar uma aula, pois não sabiam dessas diferenças.

Aliás, o que nos salvou um pouco na área cultural foi a ignorância patente na área militar. Talvez por uma deformação de treinamento profissional, a cultura é deixada muito à margem no ensinamento militar. Os elementos mais refinados das Forças Armadas foram treinados nas escolas norte-americanas, básica-

mente para os lances da Guerra Fria. Nesse sentido, foi vendida a noção de que, não tendo poder de fogo para participar de grandes exércitos militares em escala internacional, os militares brasileiros tinham, entretanto, uma área importantíssima de atuação: lutar contra o “inimigo interno”. Luta que eles exerceram com eficiência e sucesso.

Logo depois do golpe de 1964, publicamos um livro muito importante de Nelson Werneck Sodré, *História de burguesia brasileira*. Não se tratava de um livro circunstancial, não era um livro que se referia àquela parcela da burguesia diretamente engajada no processo golpista, mas que mostrava as contradições da burguesia brasileira. É um livro de análise muito importante. Publicamos também um livro sobre Zapata, o líder revolucionário camponês mexicano, um livro belíssimo, mostrando por que e contra quem ele lutou.

Apesar da censura e da intimidação dos livreiros, não puderam conter o desejo de liberdade que, pouco a pouco, foi crescendo, germinando na consciência de cada brasileiro. Vocês sabem, Carlos Heitor Cony, nessa época, escrevia no *Correio da Manhã* pequenos artigos num tom altamente irônico e mordaz. Ele analisava os episódios grotescos do golpe, essas coisas que todo mundo sabe. As anedotas, infelizmente, eram verdadeiras; como, por exemplo, os militares apreenderam tábuas de logaritmo, achando que eram códigos. Carlos Heitor Cony escreveu um artigo que fez um grande sucesso, “O ato e o fato”. Posteriormente, deu esse mesmo nome ao livro que reuniu seus artigos e que nós publicamos. Foi tal o sucesso do livro que, ao fim do primeiro dia, a primeira edição já se havia esgotado! Em 1964, as tiragens iniciais eram de 5 mil exemplares; hoje estão mais reduzidas — 2 a 3 mil —, porque a crise e a inflação, infelizmente, afetaram o mercado consumidor.

Lançamos, sucessivamente, quatro ou cinco edições; Cony passou a ser um “herói nacional”, transformando-se numa espécie de “messias”. Lançamos duas edições depois de 1964; ainda nesse

ano, mais duas edições de *O Estado militarista*, e começamos a lançar as memórias de um escritor soviético que acompanhou, desde o começo, a revolução russa; tratava-se de um livro sobre a história da revolução — os militares engoliram isso.

Lancei também a 4ª edição de um livro muito importante chamado *Ascensão e queda do Terceiro Reich*; essa obra é, talvez, a mais completa e brilhante história da ascensão e queda do nazismo. Publicamos também um livro muito importante, também premonitório, no sentido das análises posteriores — *Quem matou Kennedy?*. Nesse livro, Kennedy teria sido assassinado pela conspiração do grande poder econômico americano, tese em que acredito piamente, mas foi um assassinato planejado, não um atentado num momento de emoção, de raiva de algum indivíduo, como tentaram caracterizar.

Em 1965, lançamos a *Revista Civilização Brasileira*, em formato e grossura de livro, com artigos longos. Era uma revista de estudos brasileiros e internacionais, políticos, econômicos, sociológicos e literários feitos por pessoas de alto nível intelectual, brasileiras e estrangeiras. Naquele período em que a vida cultural era controlada pela ditadura, pela censura, pelas repressões de toda natureza, havia tanta vontade e tanto desejo de comunicação e de abertura de horizontes, que a revista, apesar de séria e até “pesada”, teve uma tiragem inicial de 20 mil exemplares. Durante anos ela foi a maior revista cultural do mundo. Jean Paul Sartre, um dia, disse-me que a revista da qual era diretor, *Temps Modernes*, publicada numa língua universal, o francês, tinha uma tiragem menor que a *Revista Civilização Brasileira*.

Foi um feito verdadeiramente raro. Não há universidade no mundo que não tenha a coleção completa, e continuo recebendo frequentes pedidos de números da revista para completar a coleção. É uma revista que tem um prestígio internacional enorme; várias pessoas aqui presentes, como o Schwarz, o Ianni, foram seus colaboradores. Nós reunimos, pois, o que havia de melhor na inteligência brasileira e realizamos um bom trabalho.

PARTE VI
Apêndice

BIBLIOGRAFIA SOBRE O GOLPE DE 1964*

Patrícia Vieira Trópia

Memórias, depoimentos e análises jornalísticas

- AIRES FILHO, Paulo. "The brazilian revolution". In: Norman A. Bayle (org.), *Latin America: Politics, Economics and Hemispheric Security*. Nova York, Ed. Fredrick A. Praeger, 1965.
- ALMEIDA, José Américo *et alii*. *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário — Colaboração do Exército*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.
- ALVES, Albérico Barroso. *O romance da revolução: Como e por que aconteceu a revolução de março*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.
- ALVIM, Thereza Cezário. *Golpe de 64: A imprensa disse não*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- AMOROSO LIMA, Alceu. *Revolução, reação e reforma*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964.
- . *Pelo humanismo ameaçado*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- ANDRADE, Auro de Moura. *Um congresso contra o arbitrio — Diários e memórias — 1961-1967*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

* O pesquisador sobre a conjuntura política dos anos 1960 e do regime militar tem, a partir de 2004, uma valiosa obra que faz um amplo balanço da produção bibliográfica (livros, artigos, dissertações e teses acadêmicas, artigos etc.) sobre o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar. Tendo em vista o caráter exaustivo do livro de Carlos Fico, *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar*, Editora Record, torna-se uma referência privilegiada e obrigatória ao estudioso sobre esse período da história política brasileira. Por essa razão, entende-se que a criteriosa bibliografia aqui publicada deve ser complementada com a consulta ao livro editado em 2004. (Nota do organizador)

- ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: Golpe, revolução ou contrarrevolução?*. São Paulo, Contexto, 1989.
- ARRAES, Miguel. *Palavra de Arraes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás: História de uma traição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: Padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro, Arte Nova, 1975, vol. 2.
- CAVALCANTI PROENÇA, M. "A disseimântica de abril". In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 7, maio, 1966, pp. 3-13.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: Crônicas políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- CORRÊA, Marcos Sá. *1964: Visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM, 1977.
- COSTA, Octávio. "A Revolução que não tem dono". In: *O processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, Aerp, 1969.
- D'AGUIAR, Hernâni. *A revolução por dentro: Uma pesquisa aprofundada e reveladora das motivações antecedentes e desdobramentos da revolução de 1964*. Rio de Janeiro, Artenova, 1964.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et alii. *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- DINES, Alberto et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.
- FRANCIS, Paulo. "1º aniversário do golpe: Quem deu, quem levou, reações possíveis". In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 2, maio, 1965, pp. 61-70.
- _____. "Tempos de Goulart". In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 7, maio, 1966, pp. 75-91.
- HOROWITZ, Irving Louis. *Revolución en el Brasil: Política y sociedad de Vargas a Goulart (1930-1964)*. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13; os últimos dias do governo Goulart*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1966.
- LAGO, Mário. *1º de Abril: Estórias para uma História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- MAIA NETO. *Brasil: Guerra quente na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

- MARTINS, Mário. *Em nossos dias de intolerância*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- MENDES DE ALMEIDA, Antônio Cândido. "Sistema político e modelos de poder no Brasil". In: *Dados*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa, ano I, nº 1, 1966.
- MONIZ, Edmundo. *O golpe de abril*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- OLIVEIRA, Beneval de. *O ódio destrói o Brasil: Uma análise da crise política brasileira de 1961 a 1964*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- PEDREIRA, Fernando. *Março 31: Civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.
- PINHEIRO NETO, João. *Jango, um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro, Forense, 1964.
- PRADO JR., Caio. "Um discurso marca época". In: *Revista Brasiliense*, nº 46, mar.-abr., 1963.
- RAPOSO, Eduardo (coord.). *1964 — 30 anos depois*. Rio de Janeiro, Agir, 1994.
- REALE, Miguel. *Imperativos da revolução de março*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1965.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. "Questionário proposto pela *Revista Civilização Brasileira* a personalidades da vida pública nacional", ano I, nº 1, maio, 1966, pp. 15-73.
- ROWE, James. "Revolution or counter-revolution in Brazil: An interim assessment". In: *American Univ. Field Staff Reports Service, East Coast*. EUA, South American Series, vol. 11, nºs 4 e 5, 1964.
- . "Revolution or counter-revolution in Brazil: An interim assessment". In: *American Univ. Field Staff Report East Coast*. EUA, South American Series, vol. 11, nº 4, jun., 1964.
- SCHIMIDT, Augusto Frederico. *Prelúdio à revolução*. Rio de Janeiro, Edições do Val, 1964.
- SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- SILVEIRA, Ênio. "Epístolas ao marechal". In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nºs 3 e 4, 1965.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- SODRÉ, Martins. *31 de março de 1964: Revolução autêntica ou simples quartelada? (Assim é a "linha-dura")*. Salvador, Manu Ltda., 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Caliban: Memória do golpe de 64*. Rio de Janeiro, Bertrand. 1994.

- SOUZA, Amauri de. “Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil”. In: Nanci Valadares Carvalho (org.), *Trilogia do terror — A implantação: 1964*. São Paulo, Vértice, 1988.
- STACCHINI, José. *Março 64: Mobilização da audácia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- TÁVORA, Araken. *Brasil, 1º de abril*. Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1974.
- TELLES JR., Goffredo. *A democracia e o Brasil: Uma doutrina para a revolução de março*. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1965.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Razão e destino da revolução*. Petrópolis, Vozes, 1964.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: De Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Análises e interpretações críticas

- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications”. In: Alfred Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973.
- CARONE, Edgar. *O PCB — 1945-1965*, vol. II. São Paulo, Difel, 1982.
- _____. *A República liberal (1945-1964)*. São Paulo, Difel, 1985.
- COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras*. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. “Burguesia e empresariado (notas teóricas e observações sobre o Brasil/1964)”, Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais — Anpocs. Nova Friburgo, 21-25 de outubro de 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG/Proed, 1986.
- FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheilub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

- FURTADO, Celso. “Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico no Brasil”. In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 1, março, 1965, pp. 129-145.
- GALEANO, Eduardo. “The ambivalence of Jango Goulart”. In: Richard Fagen & Wayne Cornelius, *A political power in Latin America: 7 confrontations*. New Jersey, Prentice-Hall Inc., 1970.
- GORENDER, Jacob. “64: o fracasso das esquerdas”. In: *Movimento*, nº 299.
- . *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.
- HARDING, Timothy F. “Revolution Tomorrow. The failure of left in Brazil”. In: *Studies of Left*, nº 36, out., 1964.
- HIRSCHMAN, Albert, “The Turn to Authoritarianism and the Search for Economic Determinants”. In: David Collier (org.), *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 1979.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, Octávio et alii. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- IANONI, Marcus. *O PCB e a revolução brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1991.
- MARANHÃO, Ricardo. “O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964)”. In: Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981, vol. 10.
- MARTINS, José de Souza. “O Plano Trienal e a marcha da revolução burguesa”. In: *Revista Brasiliense*, nº 49, set.-out., 1963.
- MARTINS, Luciano. “Aspectos políticos da revolução brasileira”. In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 2, maio, 1965, pp. 15-37.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64 — Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
- MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte, Vega, 1981.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- . “Reflexiones sobre las tendencias genelares de cambio en el Estado burocrático-autoritário”. Buenos Aires, Cedes/Clacso, documento nº 1, 1975.
- PARKER, Phyllis. *1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Editora Brasileira, 1966.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- REIS, Fábio Wanderley. *Política e racionalidade*. Belo Horizonte, Ed. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: Anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder — Os protagonistas*, vol. I. São Paulo, Global, 1979.
- _____. *Como se coloca a direita no poder — Os acontecimentos*, vol. II. São Paulo, Global, 1981.
- SERRA, José. “Three Mistaken theses Regarding Trialization and Authoritarian Regimes”. In: David Collier (org.), *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 1979.
- SIMÕES, Solange. *Deus, pátria e família*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- STARLING, Heloísa Maria Gurgel. *Os senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil: Origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1973.
- THEOTÔNIO JR. “A ideologia fascista no Brasil”. In: *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 3, julho, 1965, pp. 51-63.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- TRINTA ANOS DEPOIS. *Folha de S. Paulo*, Especial B.1, 27 de março, 1994.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

COLABORADORES

Argelina Cheibub Figueiredo — Professora de ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj).

Caio Navarro de Toledo — Professor aposentado do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

Ênio Silveira — Editor da *Civilização Brasileira*. Preso várias vezes pela ditadura militar; criador da *Revista Civilização Brasileira* e uma das principais figuras intelectuais na resistência ao regime de 1964. Faleceu em janeiro de 1996.

Florestan Fernandes — Professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), aposentado por força do AI-5. Deputado federal, por duas legislaturas, pelo Partido dos Trabalhadores. Faleceu em agosto de 1995.

Francisco de Oliveira — Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Jacob Gorender — Historiador, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), esteve preso pela ditadura militar. Faleceu em 2013.

João Quartim de Moraes — Professor titular aposentado do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

João Roberto Martins Filho — Professor de ciência política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Lucília de Almeida Neves — Professora aposentada de ciência política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Luiz Alberto Moniz Bandeira — Professor titular aposentado de ciência política do Instituto de Ciência Política da Universidade Nacional de Brasília (UnB); esteve preso pela ditadura militar. Reside atualmente na Alemanha.

Nelson Werneck Sodré — Historiador e militar cassado nos dias imediatos ao golpe de 1964. Faleceu em 1999.

Octávio Ianni — Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) por força do AI-5 e ex-professor titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Faleceu em 2004.

Patrícia Vieira Trópia — Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG.

Paul Singer — Professor titular aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Título 1964 — Visões críticas do golpe:
Democracia e reformas no populismo

Organização Caio Navarro de Toledo

Coordenador editorial Ricardo Lima
Secretário gráfico Ednilson Tristão
Preparação de originais Juliana Bôa
Revisão Lúcia Helena Lahoz Morelli
Editoração eletrônica Sílvia Helena P. C. Gonçalves
Design de capa Ana Basaglia
Formato 14 x 21 cm
Papel Offset 75 g/m² – miolo
Cartão supremo 250 g/m² – capa
Tipologia Garamond Premier Pro
Número de páginas 208

ESTA OBRA FOI IMPRESSA NA GRÁFICA CS
PARA A EDITORA DA UNICAMP EM DEZEMBRO DE 2016.

